



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES

GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**INCUBADORAS E EMPREENDIMENTOS INCUBADOS:
AVALIAÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS**

Sandra Mara dos Santos

Lajeado, agosto de 2019.

Sandra Mara dos Santos

INCUBADORAS E EMPREENDIMENTOS INCUBADOS: AVALIAÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento na linha de Pesquisa em Tecnologia e Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Stülp

Lajeado, agosto de 2019.

RESUMO

As incubadoras surgem como articuladoras de ações voltadas para o desenvolvimento de políticas transformadoras entre universidade e a comunidade, por meio de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, faz-se necessário identificar meios para o desenvolvimento de tecnologias sociais inovadoras no meio acadêmico, contribuindo para geração de renda e melhoria da qualidade de vida das comunidades. O objetivo central da pesquisa consiste na avaliação de práticas ambientais desenvolvidas pela Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos, Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos (IESA), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e pela Incubadora Tecnológica da Universidade do Vale do Taquari (Tecnovates/Inovates), pertencente à Universidade do Vale do Taquari – Univates. No que se refere à metodologia, trata-se de um estudo multicaso, envolvendo 02 (duas) instituições de ensino, a saber: UNEMAT e Univates. A escolha dos casos analisados se deu com a finalidade de conhecer e descrever a atuação de incubadoras em diferentes contextos, social, estrutural e de atuação acadêmica, com foco em ações ambientais. Como técnicas de pesquisa, foram realizadas entrevistas com atores sociais envolvidos nos processos, tanto os empreendedores, quanto os profissionais que atuam na gestão das incubadoras. A análise foi realizada em uma perspectiva qualitativa e interpretativa. Os resultados apresentados demonstram que a incubadora IESA trabalha a perspectiva de práticas ambientais conforme as demandas existentes e não possui um planejamento referente às ações envolvidas com os empreendimentos incubados. Já a incubadora Inovates em relação às práticas ambientais, adota as normativas internas da Univates, que abrangem os requisitos necessários para o desenvolvimento de políticas internas sustentáveis. Em termos de resultados obtidos, a partir das percepções do estudo, as práticas ambientais na Piscicultura Santa Luzia referem-se à reciclagem de embalagens utilizadas e recuperação de área de preservação permanente (APP). O Instituto Munduruku busca reunir a comunidade indígena para conscientizar sobre a valorização da cultura indígena, coleta e conscientização sobre os resíduos sólidos na aldeia, bem como a preservação do meio ambiente. Já a empresa Química Ambiental tem em seu portfólio ações de práticas ambientais sobre o tratamento de efluentes, redução do consumo de energia, reciclagem de materiais e compostagem de resíduos orgânicos. A empresa Ao Cubo trabalha com projetos que buscam desenvolver ações em empresas nas áreas sociais e ambientais. Por fim, os resultados deste estudo estão relacionados ao reconhecimento de projetos de valorização e preservação ambiental associado ao empreendedorismo.

Palavras-chave: Meio ambiente. Incubadoras. Negócios com impacto social. Inovação. Práticas ambientais.

ABSTRACT

The incubators show themselves as articulators of actions towards the development of transformation politics between university and community through education, research and extension. In this regard, it is necessary to identify means of developing innovative social technologies for the academic environment, contributing to the income generation and the improvement of the quality of life of the communities. The main objective of this study is to analyze the environmental practices developed by the Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos, Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos (IESA), of the Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) and by the Incubadora Tecnológica da Universidade do Vale do Taquari (Tecnovates/Inovates), of the Universidade do Vale do Taquari – Univates. Regarding the methodology, this is a multicase study involving 02 (two) education institutions, being: UNEMAT and Univates. The choosing of the analyzed cases was done with the purpose of knowing and describing the action of incubators in different contexts, social, structural and of academic action, focusing in the environmental actions. As research techniques, there were made interviews with social actors involved in the processes, such as entrepreneurs as well as professionals that act in the management of the incubators. The analysis was done in a qualitative and interpretative way. The results show that the incubator IESA works in a perspective of environmental practices according to the existing demands and does not have a planning relating to the actions involving incubated undertakings. In the case of the incubator Inovates, relating to the environmental practices, it adopts the internal normative of Univates, that cover the necessary requirements for the development of internal sustainable politics. In terms of obtained results, from the perceptions of the study, the environmental practices in the Piscicultura Santa Luzia relate to the recycling of the used packages and the recovery of the permanent preservation area (APP). The Institute Munduruku pursues to gather the indigenous community to raise awareness about the valorization of the indigenous culture, collecting and raising awareness about the solid waste of the village, as well as the preservation of the environment. The industry Química Ambiental has in its portfolio actions of environmental practices about wastewater treatment, reduction in energy consumption, recycling of material and composting of organic waste. The industry Ao Cubo works with projects that seek to develop actions in industries in social and environmental areas. At last, the results of this study are related to the acknowledgment of projects of valorization and preservation of the environment associated to entrepreneurship.

Keywords: Environment. Incubators. Social impact undertakings. Innovation. Environmental practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma das atividades da pesquisa	37
Figura 2 - Mapa com todos os <i>campi</i> da Universidade do Estado de Mato Grosso	39
Figura 3 - Foto de reunião IESA.....	40
Figura 4 - Foto área Univates.....	41
Figura 5 - Localização incubadora Inovates	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Detalhamento dos sujeitos da presente pesquisa	34
Quadro 2 - Questões presentes no processo de incubação das incubadoras IESA e Inovates.....	47
Quadro 3 - Práticas ambientais nas incubadoras avaliadas.....	51
Quadro 4 - Práticas ambientais em empreendimentos analisados no presente estudo	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
APP	Área de Preservação Permanente
CEBER	Centro de Estudos do Biogás e Energias Renováveis
CIETEC	Centro de Incubação de Empresas de Tecnologia
CODEVAT	Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
COOPERNONTE	Cooperativa Mista Agropecuária de Novo Horizonte
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra
DINS	Diretoria de Inovação e Sustentabilidade
ICC	International Chamber Commerce
IESA	Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos, Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos
INOVATES	Incubadora Tecnológica da Univates
IESC	Instituto de Ensino Superior de Cáceres
kW	Quilowatts
MT	Mato Grosso
NECOMT	Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

PEP	Planejamento Estratégico Participativo
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
TPP	Tecnológica em Produtos e Processos
TECNOVATES	Parque Científico e Tecnológico do Vale do Taquari
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
Univates	Universidade do Vale do Taquari

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Contexto geral sobre questões ambientais	13
2.2 Sustentabilidade ambiental	14
2.3 Práticas ambientais.....	19
2.3.1 Gerenciamento ambiental.....	24
2.4 Incubadoras e ambientes de inovação.....	26
2.4.1 Negócios de impacto socioambiental	30
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
3.1 Descrição dos ambientes avaliados	38
3.1.1 Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT	38
3.1.1.1 Caracterização da Incubadora IESA	39
3.1.2 Universidade do Vale do Taquari – Univates	41
3.1.2.1 Caracterização da Incubadora Inovates	42
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	44
4.1 Caracterização dos ambientes estudados	44
4.2 Comparativos de processos de incubação em empreendimentos coletivos e sociais e em empreendimentos tecnológicos.....	44
4.3 Percepção das incubadoras em relação às práticas ambientais	50
4.4 A percepção dos empreendimentos incubados em relação às práticas ambientais.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
5.1 Recomendações para pesquisas futuras.....	66
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICES	74
Apêndice A - Roteiro para entrevista semiestruturada em incubadoras	75
Apêndice B - Roteiro para entrevista semiestruturada em empresas e empreendimentos incubados.....	77

1 INTRODUÇÃO

Questões relacionadas à preocupação com o meio ambiente intensificaram-se a partir de 1970, com o incremento das indústrias e do consequente desenvolvimento do comércio, somados à utilização desenfreada de recursos naturais renováveis e não renováveis em função da expansão econômica no mundo (LEFF, 2001). O autor supracitado observa que a crise ambiental se constituiu, na história, em razão do crescimento econômico, negando a racionalidade do pensamento e da utilização dos recursos naturais, surgem, assim, os principais aspectos dos problemas socioambientais.

A conscientização sobre a necessidade de preservação do meio ambiente iniciou-se a partir do desenvolvimento de agendas internacionais voltadas para a discussão dos impactos ambientais provocados pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os principais aspectos dessas discussões são as correlações entre desenvolvimento e uso de recursos renováveis e não renováveis e preservação do meio ambiente. Esses fatos ocorreram na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suíça, no ano de 1972. As discussões, inicialmente, aconteceram pelo mesmo grupo, no encontro de *Founex*, em 1971 (SACHS, 2002).

As abordagens sobre o meio ambiente, após a Conferência de Estocolmo, em 1972, demonstraram uma nova perspectiva sobre os problemas ambientais e os entendimentos da sociedade. Os acordos ambientais multilaterais subsequentes traziam um novo enfoque, o entendimento sobre a relação entre o meio ambiente e as formas de desenvolvimento. Dessa conexão surge um novo conceito: o de desenvolvimento sustentável (BARBIERI, 2007). É importante

lembrar que os ambientes de Inovação são espaços que se traduzem pertinentes ao desenvolvimento continuado de inovações tecnológicas; e se constituem como espaços de aprendizagem coletiva, trocas de informações e exercícios produtivos, atmosfera de interação entre os diversos agentes do conhecimento: empreendimentos inovadores, instituições de pesquisa e agentes governamentais, incubadoras de empresas, parques tecnológicos, arranjos produtivos locais.

Com base nessas discussões, este estudo delimita-se a pesquisar 2 (duas) Incubadoras, sendo 1 (uma) denominada Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos, Solidários e Sustentáveis da Vale do Arinos (IESA), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); e 1 (uma) denominada Incubadora Tecnológica da Universidade do Vale do Taquari (Univates), Inovates/Tecnovates, localizada no Município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com 02 (dois) empreendimentos incubados, selecionados pelas coordenadoras das incubadoras, quais sejam: pequenas empresas e/ou empreendimentos sociais.

A partir dessa reflexão surge o seguinte questionamento: Quais as principais diferenças em relação às práticas ambientais desenvolvidas pela Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos, Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos (IESA), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Tecnovates/Inovates, pertencente à Universidade do Vale do Taquari (Univates)?

A pesquisa visa realizar uma avaliação entre práticas ambientais desenvolvidas pela Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos, Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos (IESA), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Tecnovates/Inovates, pertencente à Universidade do Vale do Taquari (Univates).

Os objetivos específicos são: (a) Verificar, nas incubadoras selecionadas, os objetivos de trabalho em relação às práticas ambientais; (b) Avaliar os empreendimentos incubados e suas atividades no que tange às práticas ambientais; (c) Traçar comparativo das práticas de trabalho das incubadoras analisadas; (d) Perceber práticas de trabalho que minimizem danos ambientais pelos empreendimentos atendidos pelas incubadoras.

Portanto, as incubadoras buscam contribuir para o aumento da rentabilidade das organizações incubadas, melhorando a qualidade de vida da população com a geração de trabalho e renda. Dessa forma, as incubadoras podem se tornar fontes de desenvolvimento para os empreendimentos, além de buscar, em sua concepção, reflexões de práticas de trabalho que sejam coerentes com o desenvolvimento sustentável, em especial, com as atitudes proativas para as questões ambientais.

Nesse contexto, a pesquisa perpassou pelo entendimento sobre a visão das incubadoras pesquisadas em relação ao trabalho referente às práticas ambientais, nos empreendimentos incubados e pré-incubados.

Para a ciência, os dados revelam-se como fonte norteadora de produção de conhecimento, com o intuito de fomentar pesquisas futuras e auxiliar os estudos das práticas ambientais em pequenas empresas e/ou empreendimentos solidários.

Além disso, para as universidades, as incubadoras funcionam como elo entre elas e a comunidade, com a finalidade de fomentar ações: auxiliando as práticas de gestão, bem como o incremento de políticas transformadoras nas regiões onde estão inseridas.

Para o Programa de Pós-Graduação *stricto sensus* em Ambiente e Desenvolvimento, a pesquisa abre possibilidades de fornecer requisitos necessários para a linha de pesquisa em Tecnologia e Ambiente, sobre sustentabilidade ambiental, atividades produtivas em negócios iniciantes, bem como práticas ambientais possíveis em ambientes de inovação.

As incubadoras procuram desenvolver e consolidar organizações empreendedoras, por meio da disponibilização de espaços e serviços básicos para instalação, por um período, e a um valor menor que o do mercado convencional. Assim, auxiliam na busca por financiamentos e no incentivo à sinergia entre os membros das diversas empresas, consultorias contábil, legal e de *marketing* e apoio administrativo e mercadológico (PARANHOS, 2006).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico apresenta elementos para embasar a discussão sobre desenvolvimento sustentável, práticas ambientais e incubadoras. A abordagem inicial apresenta um contexto geral sobre questões ambientais; na sequência, sobre sustentabilidade ambiental, referindo-se às dimensões de sustentabilidade. Em seguida, trata de práticas ambientais e gerenciamento ambiental. Por fim, apresenta uma reflexão sobre as incubadoras, referenciando também os conceitos e tipos de incubadoras e os negócios com impacto socioambiental, contribuindo com o processo de desenvolvimento local.

2.1 Contexto geral sobre questões ambientais

O desenvolvimento econômico, no mundo, realizou-se, em grande parte, com o auxílio da utilização de recursos naturais renováveis e não renováveis em grande escala. O crescimento das indústrias, nos países desenvolvidos, e as explorações de recursos naturais, nos países em desenvolvimento, faziam parte desse contexto, e pareciam solidamente implantados, inabaláveis e inesgotáveis. Esses princípios constituíram-se sobre o tripé abundância de recursos naturais e energéticos, aumento da produtividade do trabalho e presença do Estado de Bem-Estar (BUARQUE, 2001).

No ano de 1987, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) institui a criação da Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, responsável pela elaboração de outro marco importante na história, o

relatório Nosso Futuro Comum, também intitulado de Relatório de Brundtland¹. Esse relatório apresenta críticas ao modelo de desenvolvimento implantado pelos países desenvolvidos ou industrializados e replicados nos países em desenvolvimento. Os padrões de consumo e produção já vislumbravam uma expectativa de crescimento desenfreado e duramente criticado pelos estudiosos da área (BRUNDTLAND, 1988).

O Relatório Brundtland é o documento intitulado Nosso Futuro Comum, em inglês *Our Common Future*, que concebe desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de preencher necessidades básicas (CMMAD, 1991, p. 46). Esse conceito ficou conhecido à época do Relatório e, ainda hoje, está cristalizado no discurso de muitos estudiosos e pesquisadores sobre o assunto.

Em 1992, ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO 92), realizada no estado do Rio de Janeiro, Brasil, mobilizando 178 países participantes. Nesse período, houve importantes discussões sobre as preocupações com as questões sociais, o meio ambiente e a preservação ambiental. Como um dos principais resultados dessa Conferência, a Agenda 21 tornou-se base para outras conferências, com 21 (vinte e uma) ações prioritárias sobre o meio ambiente e aspectos sociais relevantes às populações mundiais (JABBOUR; FONSECA; SOUZA, 2010).

A partir dos anos 2000, observou-se que as empresas começaram a tratar das práticas ambientais de modo estratégico, sendo que seus interesses pelo ambiente e suas práticas passam a ter o objetivo de minimizar os impactos ambientais e atender aos anseios da mídia e sociedade, para além do atendimento de questões legais (BERNARDO; CAMAROTTO, 2012). Ou seja, as discussões passaram a abordar a sustentabilidade ambiental como um mecanismo necessário para manutenção da vida.

2.2 Sustentabilidade ambiental

A ideia de sustentabilidade iniciou-se a partir do contexto de industrialização, do processo de globalização e do avanço do crescimento

¹ Dados disponíveis em <<http://www.inbs.com.br>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

econômico, como sinal de uma reorganização das metodologias aplicadas à gestão. Foi a partir daí que surgiram empreendimentos, com vistas ao aproveitamento das oportunidades proporcionadas pelas falhas de mercado, com origens nas transformações econômicas, gerando os empreendimentos sustentáveis.

Esse tipo de empreendedorismo é considerado inovador e está orientado para o mercado e para a criação de valor econômico e social, por meio de transformações ambiental e socialmente benéficas. Nesse sentido, pode-se afirmar que esse tipo de empreendedorismo diverge, em vários pontos, do empreendedorismo convencional, ou seja, aumenta o objetivo da influência empresarial para além do sucesso de mercado, a fim de iniciar a mudança social, bem como as condições de mercado e sua regulamentação (SCHALTEGGER; WAGNER, 2011). Sobre esse aspecto, importante destacar que, muitas vezes, essas mudanças tinham o tom da preservação de empresa no mercado.

O conhecimento inicial sobre o termo sustentabilidade advém do contexto de sobrevivência, desafio, luta pela vida, persistência em permanecer com o domínio sobre o ser humano. No mundo atual, essa percepção de que tudo afeta todos, e de que o mundo se contextualiza de forma globalizada, gerou um processo de redefinição conceitual e pragmático do termo, passando da consideração sobre o desenvolvimento clássico do cliente para a transfiguração da comunidade controlando o meio ambiente (ALMEIDA, 2002).

Essa estratégia de sustentabilidade, que consiste em aliar desenvolvimento sustentável e empreendedorismo, amplia as relações necessárias de vínculos econômicos e sustentabilidade, dimensiona o desenvolvimento sustentável e a relativa importância dessas relações estarem e se manterem associadas, com o objetivo de reduzir a desordem ecossistêmica (NOBRE; RIBEIRO, 2013; NOBRE; WALKER; HARRIS, 2012).

Pode-se dizer que o empreendedorismo e a sustentabilidade têm o mesmo propósito de demonstrar preocupação para além da ideia de desenvolvimento econômico e produtividade, abranger fatores que se relacionam ao desenvolvimento sustentável. Esse fenômeno possibilitou à sociedade e às instituições compreenderem a forma que as questões ecológicas implicam a constituição da economia, o ambiente social e físico, de modo que o

desenvolvimento econômico passa a ser integrado às soluções ambientais e sociais (TILLEY; YOUNG, 2009).

Associando sustentabilidade com gerenciamento negocial, podemos dizer que um empreendedor.

Deve também saber gerir seu negócio, para mantê-lo e sustentá-lo em um ciclo de vida prolongado e obter retornos significativos de seus investimentos. Isso significa administrar, planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades relacionadas direta ou indiretamente com o negócio (FONSECA, 2015, p. 6).

A sustentabilidade pode ser também entendida como ponto de partida para um crescimento sustentado, sem uma apologia intransigente à competência do sistema econômico de incumbir às classes ecológicas e sociais a participação nesse processo de busca pela equidade, justiça e democracia (LEFF, 2001).

Conforme Elkington (1994), o termo *Triple Bottom Line* define a sustentabilidade como a relação entre três pilares: econômico, social e ambiental. Pilares esses que devem subsidiar as ações pessoais e empresariais, de modo que mantenham a hegemonia entre o crescimento econômico, gerenciamento e disposições para o desenvolvimento sustentável (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014).

Em relação ao setor das organizações empresariais, Elkington (1997) enfatiza o tripé da sustentabilidade, ou *Triple Bottom Line*, como a expansão dos negócios tradicionais, que vislumbra somente o lucro, ou seja, fatores econômicos para a relação de um novo modelo que abrange também a área ambiental (planeta) e social (pessoas) das empresas.

Nesse sentido, as organizações podem estimular estratégias para o crescimento não somente na área financeira, com o alcance dos lucros e retornos de investimentos; mas, igualmente aos impactos ambientais causados ao meio ambiente, e sociais refletidos na sociedade e comunidade local (FROEHLICH, 2014).

O primeiro princípio de *Triple Bottom Line*, o econômico, provém da própria essência da atividade empresarial, a estrutura embasada para fomentar as atividades de produção e geração de lucros, perspectiva que engloba o principal papel das organizações. O segundo, o social, iniciou-se nas empresas, a partir da

teoria da escola das relações humanas, na década de 1960, com movimentos sindicais, discussões sobre direitos trabalhistas e sociais nas empresas. A variável ambiental obteve sua importância reconhecida, por volta de 1990, com o advento da preocupação com o meio ambiente, a utilização de recursos renováveis e não renováveis, quando os modelos de produção começaram a ser questionados pelos consumidores. As iniciativas de comissões globais para discussões sobre o assunto e acordos internacionais incentivaram as mudanças no meio empresarial, antes com vislumbre somente nas atividades lucrativas (JABBOUR; FONSECA; SOUZA, 2010).

Por outro lado, Sachs (1993) destaca, de maneira global, cinco importantes dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

- a) Sustentabilidade social: compreende a criação de um modelo de desenvolvimento embasado nos preceitos de igualdade social, equidade humana. A busca pela melhor distribuição de renda e redução do abismo entre os padrões de consumo entre ricos e pobres.
- b) Sustentabilidade econômica: defende a correta alocação e gerenciamento de recursos e investimentos públicos e privados; abrange as condições de políticas externas e medidas protecionistas advindas dos países desenvolvidos, a relação de trocas desfavoráveis ocorridas nos países em desenvolvimento, como grandes exportações de produtos *in natura* e grandes importações de tecnologias e produtos industrializados.
- c) Sustentabilidade ecológica: definida para ampliar a capacidade de carga da terra, com a diminuição da utilização dos recursos renováveis e não renováveis, produzindo um mínimo de danos aos sistemas e sustentação da vida; reduzir a geração de resíduos e poluição ao meio ambiente, através de redução de energia e recursos recicláveis. Pensada também para intensificar os instrumentos de proteção ambiental, ajustar os meios de cumprimentos das medidas nas esferas nacionais, estaduais e municipais.
- d) Sustentabilidade espacial: utilizada para auxiliar as definições de distribuição de terras urbanas, equilibrar as funcionalidades nos assentamentos urbanos, a ocupação dos espaços, garantindo melhor qualidade de vida aos moradores e distribuição de rendas nas grandes metrópoles; desenvolver ações nas áreas rurais, e diminuir os impactos

gerados pela ocupação, sem controle e de forma marginalizada, ao longo do tempo; promover a expansão da agricultura e exploração florestal, com técnicas modernas e auxílio aos pequenos produtores.

- e) sustentabilidade cultural: assegurar a manutenção das raízes culturais dos povos, com um conjunto de soluções específicas para o ecossistema, cultura e área.

Para atingir os objetivos sustentáveis, as empresas ou empreendimentos necessitam buscar em todas as suas ações e processos de tomada de decisões, na produção de produtos ou prestação de serviços, produzir com menos poluição, com o mínimo de geração de resíduos, com o máximo de reutilização de matéria-prima e com maior qualidade de produtos (ALMEIDA, 2002).

No âmbito da responsabilidade socioambiental nas empresas, entende-se que, pelo modelo de desenvolvimento almejado pela sociedade, fundamenta-se a perspectiva de utilização de tecnologias limpas para a produção industrial e energias renováveis, colocando as empresas no patamar de socialmente responsáveis e ecologicamente sustentáveis (KEINERT, 2007).

A inclusão da responsabilidade socioambiental no meio empresarial provém do intuito de promover ações responsáveis, partindo do pressuposto da junção entre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental; e está fundamentada no comprometimento das organizações com a realização de atividades ligadas aos benefícios sociais locais para a comunidade inserida, como a conservação ambiental, e não somente com vistas ao alcance de lucratividade nas negociações (SCHOSSLER; MORIGI, 2001).

Assim, é correto dizer que novas formas de empreendedorismo surgem em concordância com os preceitos do desenvolvimento sustentável. Schaltegger e Wagner (2011) evidenciam essa relação, a partir dos diferenciados tipos de empreendedorismo orientados pelo propósito da sustentabilidade, levando em consideração aspectos como: motivação central, principal objetivo, papel dos objetivos econômicos.

Schaltegger e Wagner (2011) ainda definem que a gestão, a sustentabilidade e o meio ambiente são os principais elementos de identificação de mecanismos de sustentabilidade econômica, social e ambiental, para

organizações, de diferentes naturezas e segmentos, bem como a integração entre o setor público, o privado e o terceiro setor. Essa integração busca cada vez mais desenvolver práticas ambientais sustentáveis.

2.3 Práticas ambientais

As práticas ambientais podem ser ações instituídas nas empresas, com a intenção de minimizar os impactos ambientais, ou, ainda prevenir a utilização exagerada de recursos naturais renováveis e não renováveis (BERNARDO; CAMAROTTO, 2012). Ainda no contexto de práticas ambientais, pode se considerar algumas inovações ambientais que contribuem com o conceito ambientalmente sustentável, sendo a fabricação de produtos que incluam em seu processo de redução de fonte de energia, reciclagem, prevenção de poluição e diminuição da utilização da matéria-prima e desenho de produtos com conceito verde (FLORIDA; ATLAS; CLINE, 2001).

As empresas podem incluir as práticas ambientais em ações desenvolvidas, por meio de educação ambiental, sendo primordial estabelecer um vínculo diretamente com os colaboradores, de modo que a rotina nas operações produtivas seja reestruturada, para atender, de forma eficiente, a utilização dos recursos como: água, energia e matérias-primas. Nessa perspectiva, busca-se diminuir a geração de resíduos e rejeitos nas atividades desenvolvidas pelas empresas e estabelecer estratégias para aumentar os lucros (REATTO, 2013).

Para Sanches (2000), as organizações empresariais precisam, por meio dessas atitudes, incentivar os colaboradores a não só conhecerem o plano ambiental implantado, mas, sobretudo, contribuir na implantação dessas ações. Consequentemente, se todos trabalharem, pensando no desenvolvimento sustentável de sua empresa, entendendo o seu papel no processo e as consequências de suas ações, o meio ambiente será bem melhor para a sociedade atual e para a futura.

As práticas ambientais podem ser consideradas como uma nova função empresarial. Nesse entendimento, essas ações permitem que as entidades conduzam corretamente as relações com o ecossistema. Além disso, as empresas, ao evitarem e corrigirem os danos ambientais presentes, evitam

problemas futuros, integram todos os âmbitos da organização quanto às exigências ambientais (SANCHES, 2000).

O termo gestão ambiental, segundo Barbieri (2007), constitui-se em um agrupamento de instruções e obrigações realizadas pela empresa, para interpelar problemas ambientais resultantes das suas atividades e impedir que eles aconteçam no futuro. São essas ações que impulsionam a criação de práticas inovadoras, de ambientes que abrigam o desenvolvimento de novos empreendimentos, com o objetivo de garantir a autonomia na organização. As incubadoras de universidades oferecem serviços assistenciais, suporte e condições de sobrevivência para os negócios emergentes, que ficam “incubados” até que estejam preparados para a sua inserção no mercado.

Importante destacar que a consolidação das práticas ambientais enfrenta alguns problemas, dentre eles, a carência de recursos humanos, o que pode ser mais preponderante que os recursos financeiros, na efetivação de sistemas de gestão ambiental, nas pequenas e médias empresas (HILLARY, 2004).

Para Hillary (2004) os fatores que identificam as práticas ambientais são a originalidade, o preenchimento de lacunas que outras práticas deixam na sociedade, a relevância e as implicações diretas no lugar em que estão as empresas. Esses são fatores proativos numa relação entre a adesão de práticas ambientais e o cumprimento de ações socioambientais nas organizações. Assim sendo, as empresas conseguem minimizar os efeitos nocivos de suas atividades sobre o ambiente, ao tempo em que conseguem alcançar benefícios que as diferenciam de outras empresas do setor.

Vale mencionar que, segundo Martin-Peña et al. (2014), o desenvolvimento do desempenho ambiental proporciona, também, avanços na relação entre organizações e seus clientes. Por seu turno, Chen (2011) acredita que a gestão ambiental alçou importante patamar nas empresas e está se transformando em parte importante na gestão de negócios. Isso significa dizer que as melhorias podem vir com a exigência de estabelecimento de políticas e metas de gestão ambiental, tais como investimentos para projetos nas áreas ambientais e trabalho em conjugado com fornecedores para a diminuição de resíduos (CORDANO, MARSHALL e SILVERMAN, 2010).

A adoção de programas de gestão ambiental traz componentes que aparentam ser mais significativos que outros. A disponibilidade de recursos financeiros (ou não) implica, sobremaneira, as práticas ambientais. Em contrapartida, a ausência de programas de gestão ambiental implica, especialmente, os casos em que as empresas precisam promover a inserção de tecnologias de produção mais limpa, cujos custos são especialmente altos, quando equiparados aos de tecnologias convencionais (SHI et al., 2008), o que evita perpetrar-se a alteração imprescindível (JOHANNSON, 1997). A diminuição financeira encurta, assim, a expectativa das empresas, de menor porte, em gerar inovações ambientais (CUERVA; TRIGUERO-CANO; CÓRCOLES, 2014).

Outro problema, também preocupante, conforme constatação de Hillary (2004) é a baixa pressão de clientes, que demonstram pouco interesse ou insatisfação com as práticas ambientais das PMEs. A visão de que as práticas ambientais constituem empecilho para a gestão ambiental, para a falta de inquisição, por parte dos clientes, é também de Tamajón e Aulet (2013), os quais acreditam que a razão de empresas de pequeno e médio portes, muitas vezes, não se interessem pela adoção de práticas dessa natureza devam ser as medidas de responsabilidade ambiental.

A inclusão de práticas ambientais somente como custo não abrange qualquer coação dos clientes para se tornarem mais sustentáveis, ambientalmente (BATTIST; PERRY, 2011). Não obstante as PMEs permaneçam menos expostas às pressões públicas, em relação às grandes empresas, elas são intensamente influenciadas pelas atitudes e exigências ambientais de seus clientes (STUDER et al., 2006).

As incubadoras possibilitam a criação de parcerias e redes de relacionamento (universidade-empresa) em um ambiente favorável à inovação e ao empreendedorismo, fatores fundamentais para a viabilização de novos negócios (STUDER et al., 2006).

Se as práticas ambientais visam à prevenção de problemas ambientais, a poluição, um deles, muitas vezes, assemelha-se a defeitos, o que exige das empresas esforços para eliminá-los. Nesse sentido, Porter e Linde (1995) orientam que sejam bastante empregados em planejamento de qualidade, como:

usar insumos de maneira eficiente, extinguir a necessidade de materiais perigosos e de complexa manipulação e abolir atividades desnecessárias.

Nos estudos de Menezes, Gomes e Dantas (2016) utiliza-se a abordagem sobre práticas ambientais, desenvolvidas em empresas de vários setores, no Distrito Industrial dos Imborés, em Vitória da Conquista-BA. Os resultados demonstram que, no total de 61 (sessenta e uma) empresas instaladas no distrito industrial, apenas 08 (oito) delas apresentam ações ou práticas ligadas ao meio ambiente, porém, somente 06 (seis) dessas 8 (oito) se dispuseram em responder aos questionamentos da pesquisa. Dessas empresas, não há registros ou planos formalizados de práticas ambientais desempenhadas, apesar de possuírem gestores com alto nível de conhecimento, o que pode se tornar um entrave, caso haja mudança de direção.

As práticas ambientais e ações destacadas são reuso de resíduos por parte de outras entidades, reciclagem de matérias-primas para fabricação de produtos terciários, descarte de resíduos em local apropriado, conforme normas estabelecidas, licenças ambientais, processo de logística, reversa com embalagens, patrocínio de eventos sociais e palestras para os colaboradores ligados ao meio ambiente. Os resultados do estudo de Menezes, Gomes e Dantas (2016) apontam para a preocupação dos gestores com o reuso e com a reciclagem de produtos, a fim de reduzirem custos de fabricação, bem como garantir o correto descarte de materiais, evitando punições por parte dos órgãos fiscalizadores.

Já o estudo de Bernardo e Camarotto (2012) teve como o objetivo principal pesquisar 05 (cinco) empresas processadoras de madeiras para a escrita, celulose e papel, fabricação de embalagens de papelão, localizadas no estado de São Paulo, que divulgam, na mídia, ações voltadas à preservação ambiental. Nesse sentido, as principais práticas ambientais realizadas por essas empresas concentram-se na seleção de tintas atóxicas para a pintura dos produtos produzidos a partir de matéria-prima vinda de reflorestamento florestal, com projetos certificados. Nesse processo, ocorrem, também, o reuso e a reciclagem de matérias-primas já utilizadas, como papelão para embalagens, tecnologia e pesquisa para melhorar a produtividade das árvores plantadas, redução do uso da água em processos de plantio de mudas, medidas de combates a incêndios,

análise e correção do solo nos projetos de reflorestamento, conforme as necessidades, processos operacionais nas indústrias com reutilização de embalagens e produtos para fabricação. Os resultados apresentados, neste estudo, são relevantes nos quesitos relacionados às melhorias advindas das práticas ambientais desempenhadas. Houve, por parte das empresas, ações efetivas relacionadas ao meio ambiente e bem-estar das comunidades locais, também demonstraram o cumprimento das legislações vigentes e a redução de custos na produção e manutenção dos reflorestamentos.

As proposições da pesquisa de Kibrit, Machado e Kruglianskas (2017) referem-se às inovações sustentáveis de um startup, a Reciclapac, localizada no Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia - CIETEC, dentro do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN, no campus da Universidade de São Paulo – USP. Assim, fundamentam-se os objetivos do startup em realizar um projeto de *design* e patente de embalagens retornáveis, evitando, assim, o desperdício contínuo e volumoso de grandes embalagens; e, viabilizar a reutilização de embalagens de indústrias automotivas. Os resultados deste trabalho evidenciam que a empresa colabora com a redução de matérias-primas, minimização de consumo de energia e geração de resíduos, além disso, gera emprego e renda e realiza trabalhos sociais. O gestor exemplifica, ainda, que, embora a embalagem tenha um valor superior às de mercado, suporta a utilização por diversas vezes, com qualidade na armazenagem dos produtos transportados, e possui boa aceitação no mercado, traduzindo-se em um produto inovador e com princípios da sustentabilidade.

A pesquisa de Bánkuti e Bánkuti (2011) tem como foco principal investigar os princípios de sustentabilidade aplicados como funções estratégicas, em uma empresa multinacional do ramo de alimentos, no estado de São Paulo. Segundo os autores, embora haja a busca pela efetivação de ações e práticas ambientais que estejam engajadas aos benefícios desenvolvidos no meio ambiente, faz-se necessária a adequação de todos os parâmetros para a correta formalização dessas práticas e não somente a preocupação com lucros da empresa. As práticas ambientais disseminadas na empresa precisam refletir as perspectivas alavancadas no plano de políticas ambientais. Ao invés disso, elas têm proposto medidas que se aproximam de técnicas para melhoria na condição de descartes

correto e impedimento do desperdício de matéria-prima, redução do consumo de energia com plano de matriz energética renovável, sem respaldo de tecnologias inovadoras. Contudo, não se determina a efetivação dessas políticas, além das especificações da legislação vigente ou eventuais processos de certificações.

Por fim, as práticas ambientais podem caracterizar-se como fatores motivacionais às mudanças internas da empresa, pois os valores aplicados para a adoção e atendimento de normas e legislações vigentes para minimização dos impactos ambientais são absorvidos pela aplicação de novas tecnologias e redução de custos na produção (BERNARDO; CAMAROTTO, 2012).

2.3.1 Gerenciamento ambiental

O envolvimento das empresas com as questões ambientais inicia-se a partir das inúmeras pressões ligadas ao governo, à sociedade e ao mercado. O suporte ao meio ambiente, em sua fase inicial, constitui-se da presença de geradores de opiniões, como ativistas ambientais e cientistas, o mercado consumidor e entidades governamentais - interessados em promover a regulamentação de normas e leis e, notadamente, efetivar a minimização dos impactos ambientais nas atividades empresariais (BARBIERI, 2007).

A gestão ambiental é a forma das empresas ou dos empreendimentos realizarem ações integradas e direcionadas à redução dos impactos ambientais negativos, ao planejamento e gerenciamento das atividades inerentes ao desgaste do meio ambiente nos meios internos e externos. O sistema de gestão ambiental faz-se necessário para a prevenção de danos ambientais ocorridos em decorrência das organizações, do planejamento de políticas internas para consolidar as práticas de preservação ambiental eficiente (ALMEIDA, 2002). Sobre isso, esclarece Fonseca:

A adoção, pelo campo empresarial, de tecnologias e de sistemas de gestão, com a dimensão ambiental incorporada, evoluiu timidamente até o início dos anos 1990, quando foi criada a norma ISO 14000. A gestão ambiental visa à operação de sistemas de produção e consumo pautados no respeito às limitações do ambiente natural (FONSECA, 2015, p. 194).

O sistema de gestão ambiental constitui-se pela realização de atividades administrativas e operacionais, envolvendo todos os níveis de desempenho das

empresas, para abordar recursos para problemas ambientais ou metodologias de precaução para dificuldades futuras. Para Barbieri (2007, p. 153), um “Sistema de Gestão Ambiental (SGA) requer a formulação de diretrizes, definição de objetivos, coordenação de atividades, e avaliação de resultados”.

Barbieri (2007) refere-se à atuação das empresas, em relação à questão ambiental, em três abordagens: controle e prevenção da poluição e incorporação das questões ambientais nas estratégias da organização. O controle de poluição tem como prática inicial coibir os efeitos da poluição provocada por processos de produção, atender às exigências legais estabelecidas para a empresa por órgãos competentes e responder às pressões das comunidades locais. A segunda abordagem, a prevenção da poluição, intervém sobre os produtos e técnicas de produtividade realizadas pela empresa, com a finalidade de elevar, ao máximo, o reuso de matéria-prima, coibir a geração de rejeitos e, conseqüentemente, reduzir os níveis de poluição. A última abordagem trata as estratégias ambientais como fator primordial às estratégias da organização, incorporam os fatores de controle e prevenção de poluição aos seus produtos e serviços e estão diretamente ligadas às preocupações sobre opiniões do mercado consumidor e imagem da organização e vigilância ao atendimento dos requisitos ambientais (BARBIERI, 2007).

A implantação do sistema de gestão ambiental, teorizada por Almeida (2002), inicia-se pela implantação de uma política de melhorias do desempenho ambiental na organização, incentivada por uma estrutura compatível para implantar as ações decorrentes dessa política, organizada em forma de um documento público chamado de declaração ambiental. O processo de implantação do sistema de gestão ambiental ainda inclui a auditoria ambiental, definida como um exame da disposição da organização em adaptarem-se às normas, leis ambientais, e perspectivas de todas as partes interessadas, os *stakeholders*², a temas relacionados ao meio ambiente. A análise inicial se constitui como preparatória para o planejamento do sistema de gestão ambiental. No entanto, após a implantação do sistema, torna-se periódica na organização (ALMEIDA, 2002).

² *Stakeholder* significa público estratégico, pessoa ou grupo que tem interesse em uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento neles. Em inglês *stake* significa interesse, participação, risco, *holder*, titular, portador, detentor. Cf Dicionário Oxford Escolar, 2010.

Para Seiffert (2005), a gestão ambiental empresarial equipara-se ao método, por meio do qual as empresas determinam e direcionam as perspectivas e propósitos relativos à proteção do ambiente. Para isso, elas devem selecionar estratégias e meios que as levem a atingir esses objetivos em período definido, pela seguida análise de sua relação com o ambiente natural externo, no qual intervêm e do qual dependem.

A *International Chamber Commerce* (ICC), entidade não governamental ligada ao comércio internacional, propõe que o sistema de gestão ambiental seja um método para a organização alcançar o desenvolvimento sustentável, atender às normativas e regulamentação referente aos riscos ambientais inerentes a suas atividades produtivas. Essa proposição constitui-se por um conjunto estruturado de processos administrativos, que englobam planejamento, organização, implementação e controle, para o estabelecimento do sistema de gestão ambiental pela própria empresa (BARBIERI, 2007).

Notadamente, as mudanças ocorridas no meio ambiente e a relação das empresas ou empreendimentos, os riscos e impactos ambientais gerados, ao longo do período, influenciaram a visão de como proceder de forma ambiental e socialmente responsável, para equalizar os padrões e a qualidade de vida esperados para um futuro melhor. Entretanto, há que se considerar que nem todas as organizações compreendem a sustentabilidade como compromisso principal de gestão e como definição de um modelo de gestão eficaz, transformando os princípios de sustentabilidade em parte das estratégias da organização, não realizando essas ações corretamente, ou, simplesmente, demonstrando uma versão midiática sobre os benefícios ao meio ambiente e comunidade local (PEREIRA et al., 2016).

2.4 Incubadoras e ambientes de inovação

As primeiras incubadoras de empresa surgiram na década de 1950, no Vale do Silício, nos Estados Unidos. O objetivo do conjunto de empresas foi gerar inovação científica e tecnológica. Muitas empresas, que hoje são conhecidas entre as maiores do mundo, nasceram e estão presentes na região (ENDEAVOR, 2015). Nessa época, as incubadoras de empresas obtiveram forte relacionamento

com o ambiente de inovação e tecnologia e universidades, como por exemplo, a universidade de Stanford, que serviu de base para a transferência de tecnologias para novos empreendimentos, com objetivo de estabelecer o desenvolvimento econômico regional (DORNELAS, 2002).

O conceito inicial de incubadoras, fornecido pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), a concebe como entidade que presta auxílio e suporte às pequenas empresas, aos empreendedores, às cooperativas e instituições para o desenvolvimento de ideias inovadoras e transformá-las em negócios de sucesso. Nesse contexto, objetiva-se proporcionar infraestrutura, capacitação e suporte gerencial, norteados os empreendedores sobre processos administrativos, comerciais, financeiros, jurídicos entre outros assuntos pertinentes ao desenvolvimento da organização (ANPROTEC, 2017).

As incubadoras abrigam empresas ou empreendimentos por um período chamado de incubação, imprescindível para o negócio obter maturidade para inclusão no mercado. Após esse período, ocorre o processo de graduação, ou seja, o desligamento gradual do negócio da incubadora (SERRA et al., 2011).

Segundo Dornelas (2002), no Brasil, o surgimento de incubadoras de empresas ocorreu por volta de 1985, em São Carlos, interior de São Paulo; e, as primeiras delas surgiram com as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento de parques tecnológicos e incubadoras. Já, em 1987, foi criada a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), para auxiliar as incubadoras e empreendedores no país, podendo se enquadrar no tipo tradicional, mista e social (ANPROTEC, 2017). As incubadoras também podem ser de base tecnológica, cultural, agroindustrial e setorial (SERRA et al., 2011).

Somente em 1990, surgiram as incubadoras sociais, replicando o modelo e a metodologia das incubadoras de empresas. Suas principais funções são fornecer infraestrutura para pequenos negócios, com a partilha de espaço físico, serviços, equipamentos, apoio em formação e acesso à informação (BEZERRA; SILVA CARVALHO, 2013).

As incubadoras podem ser classificadas em: tradicional - que abrigam empresas de setores tradicionais, e de base tecnológica - com empresas

inovadoras na área tecnológica, no entanto, esses tipos de incubadoras também podem ser mistas, setoriais, sociais, culturais e agroindustriais (ANPROTEC, 2017).

Entre os dois tipos de incubadoras (tradicional e de base tecnológica), a principal diferença está relacionada ao público atendido, ou seja, o foco da incubadora social é a geração de trabalho e renda para pessoas excluídas do mercado, a partir da formação de associações e cooperativas; e, as incubadoras de base tecnológica buscam interagir na implementação de empresas iniciantes, como também atuam de forma contínua, e transbordam para a sociedade o conhecimento que é gerado nos âmbitos acadêmico, governamental e empresarial (BEZERRA; SILVA ; CARVALHO, 2013).

De acordo com Medeiros (1998), as incubadoras são arranjos interinstitucionais, com instalações e infraestrutura apropriadas, estruturadas para incentivar e possibilitar:

[...] A vinculação empresa-universidade (e outras instituições acadêmicas); o fortalecimento das empresas e o aumento de seu entrosamento; e o aumento da vinculação do setor produtivo com diversas instituições de apoio (além das instituições de pesquisas, prefeituras, agências de fomento e financiamento - governamentais e privadas - instituições de apoio às micro e pequenas empresas - como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Brasil - e outras (MEDEIROS, 1998, p. 6-7).

Nesse sentido, Vedovello e Figueiredo (2005) salientam que as incubadoras possuem uma função cada vez mais relevante e sua estrutura propicia agrupar políticas e atores sociais diferentes e direcionar esforços e meios, com o desígnio de gerar um ambiente econômico eficiente, que beneficie o incremento socioeconômico mais apoiado e competitivo. Grimaldi e Grandi (2005) complementa, esclarecendo que as incubadoras são meios dinâmicos de integrar metodologia, capital e *know-how*, desenvolvendo a empresa e podendo acelerar sua ampliação.

As incubadoras surgem como um espaço de aperfeiçoamento e apoio aos empreendimentos iniciantes, também podem fornecer subsídios e serviços para auxiliar o desenvolvimento das atividades produtivas e a preparação do negócio para o mercado. Portanto, elas trabalham com o desenvolvimento de ações e políticas transformadoras de inovação e empreendedorismo entre universidade e

comunidade local, por meio de ensino, pesquisa e extensão (CRUZ et al., 2014). As pequenas empresas, os empreendimentos econômicos sociais e a universidade norteiam as bases para o conhecimento relacionado entre teoria e prática (CRUZ et al., 2014).

A ideia de empreendedorismo está associada à criação de algo novo, que se inicia na assimilação de uma chance. Atualmente, considera-se o empreendedorismo um acontecimento global, pela sua força e avanço nas relações internacionais e na formação profissional. O Brasil é mencionado como um dos países com maior capacidade criativa do mundo e reconhecido pelo desenvolvimento de ações empreendedoras com mais facilidade (DORNELAS, 2005).

O movimento do empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma na década de 1990, quando entidades como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) foram criadas. Antes disso, praticamente não se falava em empreendedorismo e em criação de pequenas empresas (DORNELAS, 2005, p. 26).

Empreendedorismo remete à intermediação, como se pode observar na definição do substantivo “empreendedor”, feita por Hisrich (1986), ser empreendedor implica sair de uma zona de conforto. “A palavra empreendedor origina-se da palavra *entrepreneur* que é francesa, literalmente traduzida, significa aquele que está entre ou intermediário” (HISRIC, 1986, p. 96).

As atividades no ambiente de incubação, proveniente de grupos de estudos, pesquisa e extensão nas universidades, também podem auxiliar as pequenas empresas em início de atividades ou em empreendimentos solidários, associações e cooperativas a reforçar a gestão administrativa, ou dar suporte ao desenvolvimento de produtos e serviços e à infraestrutura para o seu funcionamento (DORNELAS, 2005).

Segundo pesquisa realizada pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), juntamente com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), realizado em 2016, no Brasil, as 369 (trezentos e sessenta e nove) incubadoras em atividade, com 2.310 (duas mil, trezentas e dez) empresas incubadas e 2.815 (duas mil, oitocentas e quinze) empresas graduadas, fomentando 53.280

(cinquenta e três mil, duzentos e oitenta) postos de trabalho, possuem faturamento médio que transpõe o valor de R\$ 15 bilhões ao ano (ANPROTEC, 2017).

O enfoque nas incubadoras é uma forma de compreender e analisar o ambiente como espaço de inovação e empreendedorismo, como instrumento de geração de renda e desenvolvimento local e regional, a partir da interação com a vocação dos arranjos produtivos locais. Ainda, as incubadoras são consideradas espaços de fortalecimento de ensino, pesquisa e extensão, na relação com os empresários e governo para o incremento econômico e social (DORNELAS, 2005).

No entanto, há ainda caminhos e ideias para conceber negócios iniciantes focados em melhorias do meio ambiente, e não somente como item para formalizar regularização de leis e normas ambientais ou somente redução de custos (FONSECA; SOUZA; JABBOUR, 2010).

2.4.1 Negócios de impacto socioambiental

Algumas causas despertaram, excessivamente, o contraste entre os povos, resultando em impreteríveis resultados para o crescimento de meios de provimento de ganhos e procurando minimizar os impactos sociais e ambientais negativos produzidos pelo mercado globalizado e pelas grandes corporações. Os negócios com impacto social podem ser descritos com várias terminologias, em diferentes visões, retratadas com objetivos comuns: empresas sociais, negócios inclusivos e negócios com impactos sociais (BARKI; COMINI; AGUIAR, 2013).

A base conceitual retratada como “negócios com impactos sociais”, como um novo modelo de gestão, inovador e com potencialidades para originar respostas frente ao capitalismo tradicional, viabiliza recursos com configurações baseadas em retorno de investimentos financeiros e geração de impactos sociais e ambientais positivos, por meio de pequenas empresas e organizações sem fins lucrativos, ligados ao conceito de desenvolvimento sustentável (BARKI; COMINI; AGUIAR, 2013).

Barki, Comini e Aguiar (2013) definem o termo “empresa social”, a primeira visão evidenciada na Europa, como conceito voltado a negócios para inserção de

populações desfavorecidas, motivadas, primeiramente, pela oferta de serviços públicos, com interesses para pessoas desempregadas ou marginalizadas pelo capitalismo.

As empresas sociais, na Europa, podem possuir três premissas básicas:

- a) sociedades de inclusão social e do emprego;
- b) empresas com finalidades de produção de bens ou serviços com fins coletivos;
- c) empresas que proporcionam a expansão econômica e social local.

O segundo termo, aplicado particularmente na América Latina, “negócios inclusivos”, refere-se a empreendimentos que provocam mudanças sociais, por meio de atividades de mercado, com o apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições sem fins lucrativos, ou, que pratiquem atividades para o setor público. São características dos “negócios inclusivos” autossustentabilidade, rentabilidade, potencialidade no auxílio e promoção da transformação de padrões de vida das pessoas vulneráveis e de baixa renda (BARKI; COMINI; AGUIAR, 2013).

O modelo de “negócios inclusivos” aproxima a sociedade civil, as cooperativas, os empreendimentos, as empresas em geral, para discutirem sobre os subsídios de todas as partes para diminuir a desigualdade social e o desemprego (ÁVILA et al., 2016).

Para Ávila et al. (2016), o conceito de “negócios com impactos sociais” engloba a visão de empresa que, além de considerar o impacto social positivo, apresenta retornos financeiros e considera a existência de interesses sociais e econômicos. Para os autores, há ainda duas concepções para os destinos dos retornos financeiros, o primeiro é o reinvestimento dos lucros nos negócios; e, o segundo, a distribuição de parte dos lucros entre os sócios ou acionistas.

A concepção de “negócios sustentáveis” exige, do mesmo modo, um planejamento estratégico que consiga atingir todos os pontos do empreendimento, apresentando a adequada conveniência de um plano de negócios na vida empresarial, seja de uma empresa de pequeno, médio ou grande porte (ÁVILA et al., 2016).

No Brasil, os “negócios inclusivos” geram oportunidades de emprego e renda às populações menos favorecidas, grupos de pessoas residentes em comunidades carentes, homens e mulheres com mais de 40 anos, com pouca escolaridade, com escassas chances no mercado de trabalho. Essas empresas, em sua maioria, são autossustentáveis e estabelecem parcerias com as organizações de trabalho tradicionais, fornecendo produtos ou serviços. Esse modelo aproxima-se da economia solidária, porém, não se restringe apenas às cooperativas ou empresas autogestionárias (BARKI; COMINI; AGUIAR, 2013).

As oportunidades estão implicadas com o espírito empreendedor daquele que pensa numa economia que alie autossustentabilidade, parceria com o meio ambiente e perspectivas econômicas, concomitantemente. O empreendedor inclusivo prepara a empresa para ganho coletivo, para o “lucro”, não com mero significado financeiro, mas com o sentido de gerar renda pela ocupação de pessoas que emprega e pelo capital que precisa investir para contribuir com a oportuna iniciativa, capacidade de idealizar e organizar a gestão da empresa (ÁVILA et al., 2016).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem descritiva. “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis” (GIL, 2003, p. 42). Ainda que este estudo tenha natureza descritiva e a metodologia de análise seja a comparação, toda pesquisa assume “um questionamento sistemático, crítico e criativo, mais a intervenção competente da realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático” (DEMO, 1991, p. 34).

Severino (2007, p. 99) argumenta, em sua teoria, que, “além de ter que se apoiar em alguns pressupostos filosóficos, a ciência precisa adotar práticas metodológicas e procedimentos técnicos capazes de assegurar a apreensão objetiva dos fenômenos através dos quais a natureza se manifesta”. O autor enfatiza ainda que “a ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos, aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”.

Os objetos da pesquisa foram 2 (duas) incubadoras: a) Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos, Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos (IESA), pertencente à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), no município de Juara-MT; e, b) Incubadora Tecnovates/Inovates, pertencente à Universidade do Vale do Taquari (Univates), no município de Lajeado-RS. Constituíram-se objetos de pesquisa, ainda, os 2 (dois) empreendimentos e/ou empresas vinculados a cada uma das incubadoras selecionadas.

Para a seleção dos objetos de pesquisa, tomamos como base os seguintes critérios: i. acessibilidade às incubadoras; ii sugestão dos gestores para os empreendimentos a serem analisados. Sendo assim, a pesquisa com as incubadoras e seus empreendimentos foi realizada no período de outubro de 2017 a abril de 2018.

Os sujeitos da pesquisa são aqueles ligados diretamente às incubadoras: gerente, coordenador e representantes depoentes, os quais serão identificados com a vogal maiúscula E, significando entrevistado, seguida de numeral cardinal até o último dos entrevistados, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Detalhamento dos sujeitos da presente pesquisa

Entrevistado	Órgão pertencente	Forma de abordagem	Observação
Gerente da incubadora Inovates (E1)	Inovates	Entrevista semiestruturada	Incubadora e processos de incubação.
Representante empreendimento (E2)	Químea ambiental	Entrevista semiestruturada	Empresa e atividades produtivas, relação com práticas ambientais.
Representante empreendimento (E3)	Ao Cubo	Entrevista semiestruturada	Empresa e atividades produtivas, relação com práticas.
Coordenadora da incubadora IESA (E4)	IESA	Entrevista semiestruturada	Incubadora e processos de incubação. Por <i>e-mail</i> .
Representante empreendimento (E5)	Piscicultura Santa Luzia	Entrevista semiestruturada	Empresa e atividades produtivas, relação com práticas. Por <i>e-mail</i> .
Representante empreendimento (E6)	Instituto Munduruku	Entrevista semiestruturada	Empresa e atividades produtivas, relação com práticas. Por <i>e-mail</i> .

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A metodologia adotada foi de estudo multicaso, caracterizado pelo maior foco na compreensão e na comparação qualitativa dos fenômenos. Segundo Yin (2001), o estudo multicaso proporciona maior abrangência dos resultados, isto é, não se limita às informações de uma só organização.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, foram utilizados 02 (dois) roteiros de entrevista semiestruturada, para identificação e comparação entre

incubadoras (Apêndice A) e para identificação e comparação dos empreendimentos entrevistados (Apêndice B). Os roteiros foram construídos, a partir de estudos do artigo “Práticas e indicadores de sustentabilidade em incubadoras de empresa: um estudo no estado de São Paulo”, de Fernandes et al., (2016), publicado na Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE).

Os aspectos adotados, neste estudo, foram adaptados para a realidade e o desenvolvimento desta pesquisa e estão evidenciados no perfil das incubadoras, tipos de incubadoras, principais planejamentos existentes, gestão socioambiental, iniciativas com a comunidade, adaptados para a realidade e o desenvolvimento deste trabalho.

Com base nos estudos de referência, foram analisados, tanto na pesquisa com as incubadoras, quanto com os empreendimentos, os seguintes aspectos: realização de práticas ambientais, engajamento sobre questões socioambientais, reputação sobre responsabilidade social³, oportunidades de mercado e interação com a comunidade externa.

Vale salientar que, antes da construção dos roteiros, foi realizada uma conversa exploratória com a representante da incubadora IESA/UNEMAT, no município de Juara-MT, com o objetivo de coletar informações acerca das metodologias utilizadas nos processos de incubação, especificamente, sobre o auxílio no processo produtivo dos empreendimentos e possíveis práticas ambientais realizadas. Após essa conversa, foi constituído o roteiro para os representantes dos empreendimentos, a Piscicultura Santa Luzia e Instituto Munduruku, acerca dos procedimentos adotados pela incubadora, a metodologia utilizada e as possíveis práticas ambientais realizadas.

No que se refere à Inovates/Tecnovates, o roteiro foi aplicado à representante da incubadora, na cidade de Lajeado-RS, e aos representantes dos empreendimentos, Química Ambiental e Ao Cubo, como o mesmo objetivo:

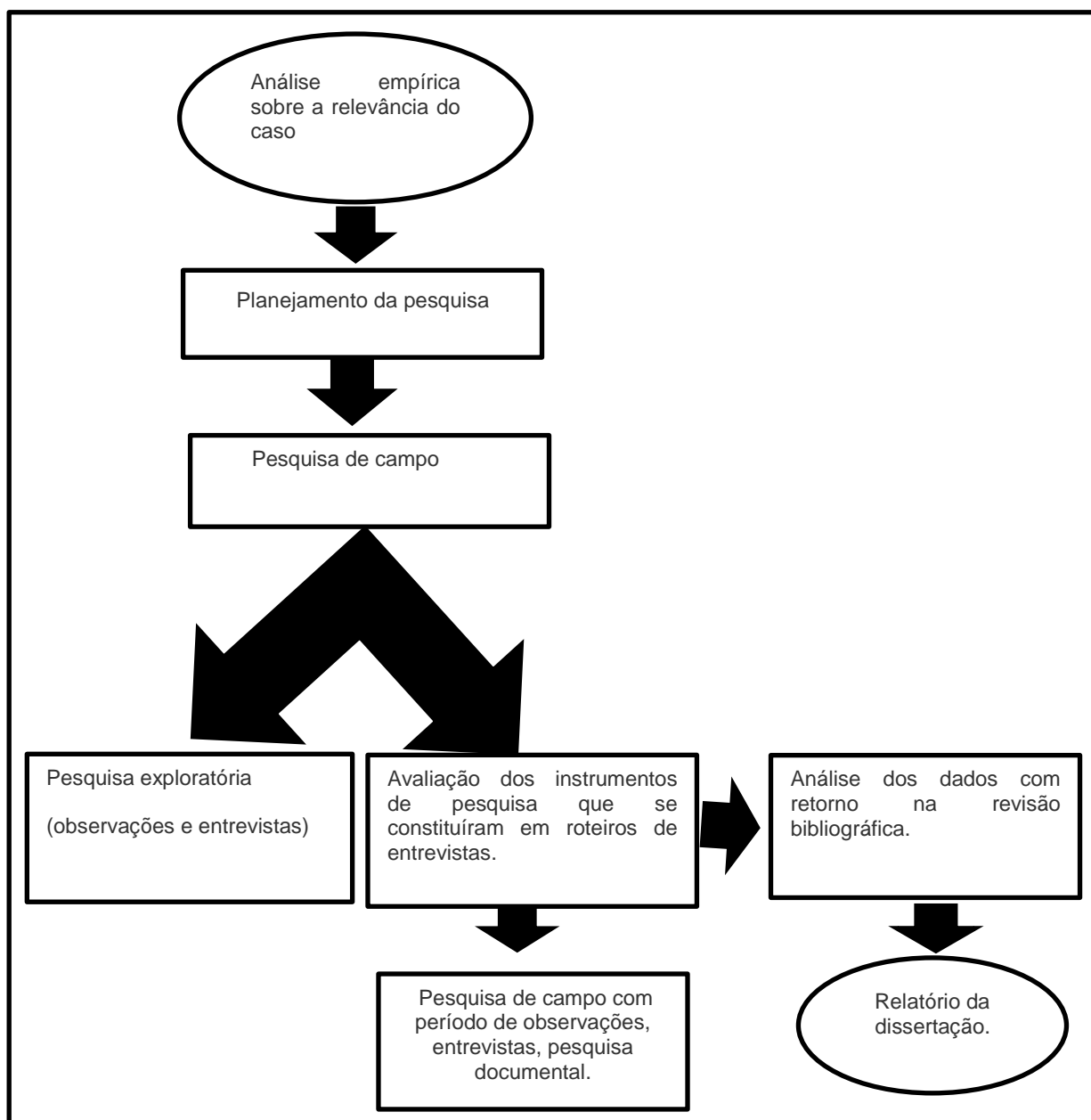
³ Reputação sobre responsabilidade social - A reputação corporativa consiste em oportunidade da diferenciação e de institucionalização das empresas junto à sociedade (GONÇALVES FILHO et al., 2009, p. 37).

compreender as atividades produtivas em seus respectivos ambientes e a ligação com as práticas ambientais.

A pesquisa trouxe informações acerca das realidades de diferentes ambientes de incubação, demonstrando como questões relacionadas às práticas ambientais são importantes meios para a preservação do meio ambiente e pode trazer auxílio no desenvolvimento de políticas transformadoras para empresas iniciantes.

Assim, consideramos que a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, que consiste na utilização de técnicas de interpretação, a fim de traduzir os elementos de um complexo sistema de informações e significados. Ou seja, a pesquisa qualitativa visa demonstrar o significado dos fenômenos do mundo social (NEVES, 1996). O fluxo de atividades para a realização da pesquisa desenvolveu-se conforme Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma das atividades da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A pesquisa iniciou-se a partir do interesse em comparar os ambientes de inovação, denominado, neste trabalho, como incubadoras, juntamente com os empreendimentos incubados como participantes selecionados. Por fim, houve as etapas de análise e discussões dos dados coletados na pesquisa de campo, elencados os elementos teóricos e formatados conforme a normativa vigente para responder os objetivos desta dissertação.

3.1 Descrição dos ambientes avaliados

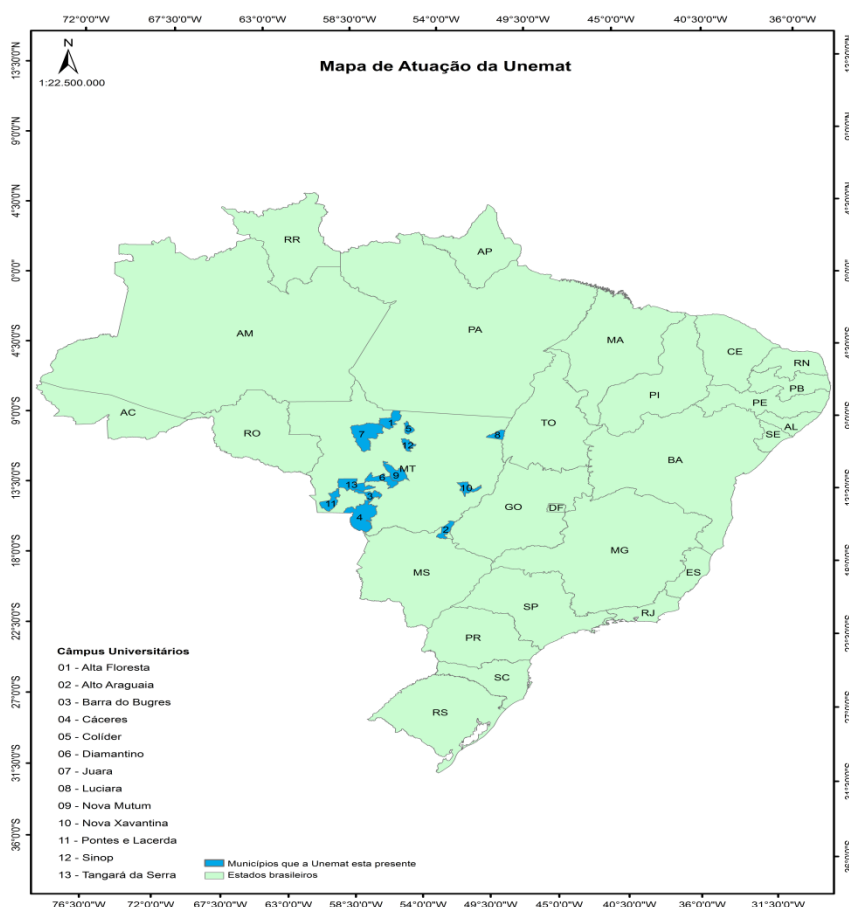
3.1.1 Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

A Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso inicia-se como instituição autônoma de direito público, ligada à Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso. Foi instituída, primeiramente, Instituto de Ensino Superior de Cáceres - IESC - pela Lei nº 703 e Estadualizada pela Lei nº 4960, de 19 de dezembro de 1985.

Buscou-se expandir as atividades da instituição, iniciando pela cidade de Sinop-MT, em 1990, por ser o município avaliado como polo regional e pela ausência de profissionais especializados na região. Atualmente, a universidade conta com um total de 13 (treze) *campi* universitários, distribuídos pelo estado: Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Bugres, Cáceres, Colíder, Diamantino, Juara, Luciara, Nova Mutum, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, Sinop e Tangará da Serra.

Nesse contexto, a UNEMAT oferta ao estado de Mato Grosso 60 (sessenta) cursos de graduação, de oferta contínua e 129 (cento e vinte e nove), na modalidade diferenciada; 36 (trinta e seis) cursos de pós-graduação, entre *lato sensu* e *stricto sensu* e atende aproximadamente 22.593 (vinte e dois mil, quinhentos e noventa e três) alunos.

Figura 2 - Mapa com todos os *campi* da Universidade do Estado de Mato Grosso



Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

O *campus* universitário de Juara passou a existir ainda como Núcleo Pedagógico, vinculado ao *campus* universitário de Sinop, no ano de 2001. Foi institucionalizado, primeiro o curso de Pedagogia, pela Resolução nº. 0240/2003 – CONSUNI; e, posteriormente, o de Administração, com turmas regulares, aprovado pelas Resoluções nº. 049/2011 – CONEPE, e nº. 041/2011 – CONSUNI, no ano de 2011, com turmas semestrais de 40 alunos.

3.1.1.1 Caracterização da Incubadora IESA

O surgimento das incubadoras, na UNEMAT, aconteceu a partir da Resolução nº. 139/2003 - CONEPE, em 24 de outubro de 2003, que firmou convênio para iniciação dos grupos de estudos, pesquisa e extensão em parceria com a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). O objetivo inicial do grupo consistia em promover estudos sobre a compreensão e a necessidade de melhorias das condições de vida dos

trabalhadores, tais como as transformações do mundo do trabalho, no período, e o entendimento entre membros da universidade, instituições governamentais, sindicatos (UNEMAT, 2018).

Já Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos, Solidários e Sustentáveis da Vale do Arinos (IESA) surgiu no ano de 2015, nas dependências do *campus* de Juara, na perspectiva de fornecer ações voltadas à Economia Solidária a empreendimentos sustentáveis solidários, com a finalidade de geração de renda e inserção de associações, cooperativas e produtores rurais no mercado.

No mês de maio de 2015, aconteceu a visita técnica ao *campus* de Tangará da Serra, contou com a participação de professores e técnicos dos cursos de Administração e Pedagogia, com a finalidade de conhecer a realidade local e os projetos implantados. Assim, iniciava-se o processo de institucionalização da IESA e também o desenvolvimento de iniciativas de elaboração dos trabalhos, explanações sobre os conceitos de economia solidária, cooperativismo e trabalho coletivo.

Durante a constituição do projeto, iniciaram-se reuniões para deliberar os objetivos da incubadora e as atividades iniciais. As reuniões contavam com a participação dos membros da equipe composta para elencar as dificuldades dos principais empreendimentos locais, visando à triagem das entidades a serem beneficiadas pelo projeto.

Figura 3 - Foto de reunião IESA



Fonte: A autora, 2018.

3.1.2 Universidade do Vale do Taquari – Univates

A Universidade do Vale do Taquari (Univates) é uma instituição de ensino com sede no município de Lajeado-RS. A história da universidade se funde a do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT), que se reconhece nas premissas de busca pelo desenvolvimento da região do Vale do Taquari. A implantação dos primeiros cursos superiores se deu, inicialmente, como extensão da Universidade de Caxias do Sul, no ano de 1969. Em 1972, passou a funcionar como fundação mantida pela Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES), com o propósito de fomentar o desenvolvimento e o ensino superior na região, juntamente com estratégias para o futuro. No ano de 1999, torna-se Centro Universitário Univates, com autonomia universitária para gerir as decisões referentes aos cursos oferecidos, bem como atender às exigências da realidade local em relação ao Ensino Superior. Nesse contexto, o trabalho de anos já se havia consolidado, com cursos graduação e tecnológicos, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, e oferta de Educação à Distância.

Figura 4 - Foto área Univates



Fonte: Univates, 2018.

Em julho de 2017, o Centro Universitário Univates passa a denominar-se Universidade do Vale do Taquari (Univates), o que significa para a instituição a consolidação dos trabalhos realizados em busca de ensino, pesquisa e extensão

de qualidade. A universidade oferece 46 (quarenta e seis) cursos de graduação, 13 (treze) de Educação a Distância, 37 (trinta e sete) de pós-graduação, *lato sensu e stricto sensu*, dentre outros, como: técnicos e educação continuada à comunidade local, atendendo, aproximadamente, 12.447 (doze mil, quatrocentos e quarenta e sete) alunos. É nesse ambiente de inovação e tecnologia, aliado a estratégias que atua a incubadora Inovates.

3.1.2.1 Caracterização da Incubadora Inovates

A Incubadora Tecnológica da Univates (Inovates) - Universidade do Vale do Taquari - iniciou suas atividades em dezembro de 2003, na cidade de Lajeado, estado do Rio Grande do Sul. Ela se caracteriza como um órgão pertencente ao Parque Científico e Tecnológico do Vale do Taquari (Tecnovates), também vinculado à Diretoria de Inovação e Sustentabilidade (DINS).

Conforme relato da depoente E1, a incubadora foi constituída no final do ano de 2003 e as atividades iniciaram-se no ano de 2004:

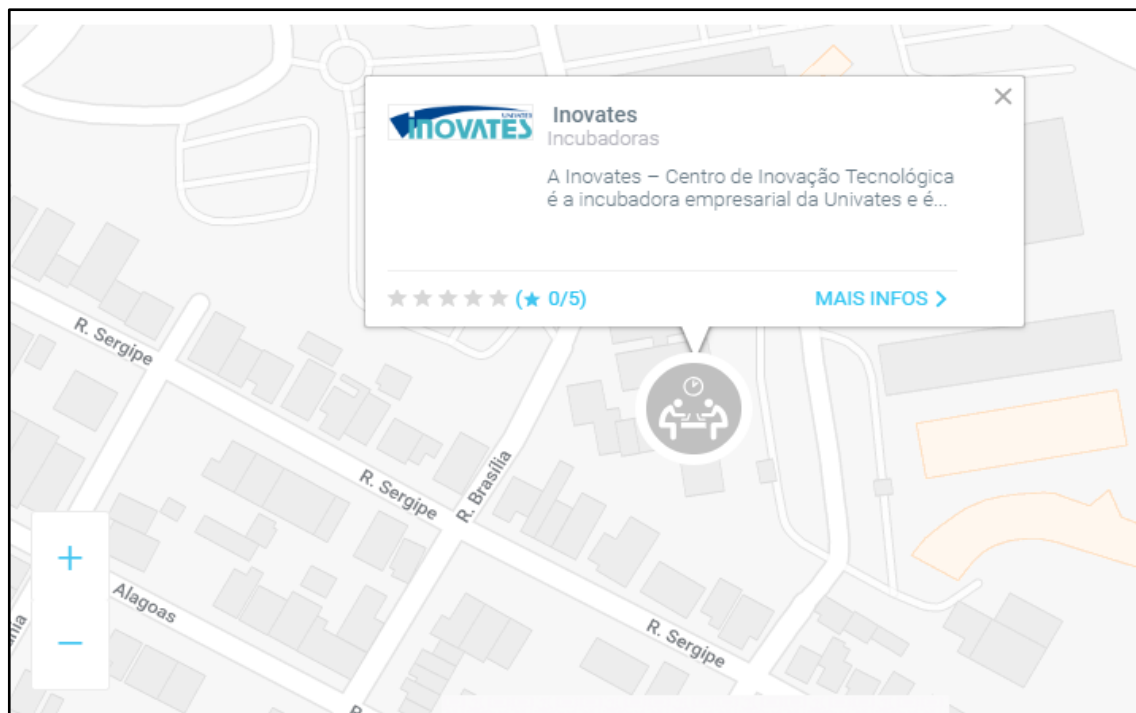
A proposta inicial foi definida para a instituição de incubadora empresarial, com ramificações ligadas ao empreendedorismo, depois a incubadora estabeleceu-se como base tecnológica; com empresas pré-incubadas e incubadas com negócios inovadores (DEPOENTE E1, 2018).

No entanto, a Inovates busca ampliar as atividades para negócios com impacto social. Nessa perspectiva, houve crescimento de empresas pré-incubadas e incubadas no ramo de atividade voltado ao desenvolvimento sustentável e social.

Ainda com base nos relatos da depoente E1, o objetivo principal da incubadora era o de fornecer suporte a empreendimentos de produção e prestação de serviços, com ênfase em ambientes de inovação e tecnologia relacionados a alimentos, ambiente, energias renováveis e saúde.

De acordo com o Censo IBGE 2017 (IBGE, 2017), a cidade de Lajeado - RS, pertencente ao Vale do Taquari, onde se localiza a Inovates, possui aproximadamente, 79.819 (setenta e nove mil, oitocentos e dezenove) habitantes. A seguir, apresentamos a localização da incubadora:

Figura 5 - Localização incubadora Inovates



Fonte: Google Maps. Acesso em 20 ago. 2018.

No decorrer do período de implantação, a incubadora Inovates estabeleceu-se em um prédio, locado pela Prefeitura do Município de Lajeado - RS, até o ano de 2009. Após esse período, ela permaneceu no prédio 5 da Univates, também em parceria com a Prefeitura, até o ano de 2013. Por fim, no início de 2014, instalou-se no parque tecnológico da instituição, denominado Tecnovates, conforme projeto de ampliação de atividades e desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos cursos de graduação e pós-graduação da universidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização dos ambientes estudados

A pesquisa analisou 02 (duas) entidades distintas, a incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos (IESA) e a incubadora Inovates.

Enquanto a Inovates se caracteriza como incubadora de base tecnológica, com foco no atendimento de empresas iniciantes, com objetivos de negócios sustentáveis, ligados ao desenvolvimento de produtos e serviços inovadores; a IESA caracteriza-se como incubadora social, com foco no atendimento de cooperativas, associações e produtores rurais. Trabalha na perspectiva de desenvolvimento do trabalho coletivo e ações ligadas às demandas existentes obtidas a partir do trabalho com os empreendimentos incubados.

4.2 Comparativos de processos de incubação em empreendimentos coletivos e sociais e em empreendimentos tecnológicos

A IESA é uma incubadora em construção cuja proposta é desenvolver projetos de incubação voltados ao desenvolvimento socioeconômico de pequenos empreendimentos, em forma de associação e cooperativas autogeridas. Embora o perfil da entidade não esteja determinado, é possível observar que os trabalhos se voltam a processos de gestão para a incubação, de modo a não se limitar a um setor específico.

Tendo em vista o papel social da incubadora, seu trabalho concentra-se em pessoas que não possuam renda ou tenham baixa renda dentro do território de sua abrangência. Além disso, a IESA propõe-se a contribuir na aprendizagem prática de estudantes, de modo que seus trabalhos envolvem a elaboração, implantação e acompanhamento de ações estratégicas de organização e desenvolvimento de empreendimentos.

Já no ambiente da Inovates, a proposta de incubação estabelece um parâmetro para crescimento de organizações cujas atividades empresariais estejam em fase inicial, que ainda não possuam infraestrutura necessária, ou que possuam propostas de atividades produtivas ligadas aos laboratórios e às áreas de ensino da Univates.

De acordo com a depoente E1, a Inovates apresenta infraestrutura compatível com o desenvolvimento de atividades produtivas em diferentes ambientes de inovação, sejam eles no mundo dos produtos, sejam, no próprio lugar, com laboratório e equipamentos que atendem ao perfil dos empreendimentos contemplados. Contudo, com base na pesquisa realizada, dada as características da incubadora Inovates, percebe-se a relevância dos trabalhos desempenhados com atividades e infraestrutura adequadas aos empreendimentos ali instalados.

Isso converge com o entendimento de Leff (2002), que considera o desenvolvimento sustentável um plano igualitário, que assinala para a estruturação ecológica, com ações definidas para descentralização territorial da produção. De tal modo, as incubadoras atuam para a diversificação do desenvolvimento e de modos de vida de comunidades.

Nesse sentido, as incubadoras oferecem abertura aos procedimentos de popularização da sociedade, que levam o conhecimento aos grupos, de maneira direta na assimilação e modificação de seus recursos ambientais (LEFF, 2002).

As características apresentadas pelas incubadoras, até então, demonstram dois enfoques: um comercial – associado à iniciativa privada; e, outro social – vinculado à iniciativa pública. Nesse sentido, observa-se também a existência de limitações distintas e comuns entre ambas as entidades. O projeto IESA trata sua falta de institucionalização, sob a forma de programa, como uma limitação própria;

já a incubadora Inovates possui planejamento estratégico realizado, conforme as demandas apresentadas à diretoria.

Matos, Stoffel e Teixeira (2010) registram que a inovação está associada ao início de um produto (ou serviço) no negócio; ou, de um método, ou, norma na empresa. As palavras dos autores lembram que não se trata de criar um produto, mas de programar a sua criação, com determinada especialidade e distinta do modelo em vigor (FINEP, 2011). Então, para ser considerado inovação, o produto, por exemplo, deve estar associado a elementos que alcancem a prerrogativa relacionada aos demais concorrentes do mercado.

Ainda de acordo com Mattos, Stoffel e Teixeira (2010), a inovação pode ser esquematizada de acordo com o que se segue:

Inovação = Ideia + Implementação de ações + Resultado

Se houver elemento tecnológico, a inovação é distinguida como Tecnológica em Produtos e Processos (TPP). A TPP é efetivamente inserida na inovação se ela se apresentar introduzida no comércio ou utilizada no método de fabricação (MATTOS, STOFFEL; TEIXEIRA, 2010).

O que se observa, quando se trata de inovação, é a conjunção de um trinômio: ciência, tecnologia e inovação. Essa tríade colabora intensamente para a renovação das estruturas fundamentais de produção de um país. Esses elementos são distintos, embora complementares. Cabe a cada empresa a identificação dos elementos e melhor compreensão da configuração na utilização para o seu negócio.

Em relação à inovação, a incubadora Inovates apresenta os requisitos necessários para atender à demanda das empresas incubadas, com infraestrutura apropriada e políticas internas da instituição que permitem desenvolver pesquisas que contribuem para o ambiente de inovação.

Já a incubadora IESA tem como objetivo de trabalho atender a empreendimentos sociais; abrange, em sua metodologia de trabalho, reuniões e apresentação de técnicas que possam facilitar os meios de produção e desenvolvimento de atividades, contudo, não atende os requisitos quanto à inovação, pois o foco de trabalho atende questões sociais, laborais, ambientais no dia a dia dos negócios.

Ainda, no Quadro 2, têm-se a compilação dos dados obtidos a partir da pesquisa, na comparação das incubadoras IESA e Inovates.

Quadro 2 - Questões presentes no processo de incubação das incubadoras IESA e Inovates

Questões	IESA	Inovates
Desenvolvimento local	Vislumbra desenvolvimento	Vislumbra desenvolvimento
Infraestrutura Incubadora	Não atende as atividades desenvolvidas	Atende as atividades desenvolvidas
Planejamento de ações	Conforme demanda	Conforme planejamento estratégico
Processo de seleção	Conforme demanda	Editais contínuos com formulário e processo de admissão
Avaliação de desempenho	Não realiza	Realiza diariamente

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

É relevante abordar, também, que a incubadora IESA, conforme relato da depoente E4, dispõe de uma estrutura limitada, ou, mesmo, insuficiente para o desenvolvimento de suas atividades. Essa condição foi abordada objetivamente. A entidade localiza-se em Juara-MT, e não possui espaço físico próprio, bem como infraestrutura para atender as demandas dos empreendimentos, podendo evidenciar-se como um projeto acadêmico da universidade. Além dessas, outra limitação relatada por E4, refere-se aos recursos financeiros, estes são concentrados, basicamente, em despesas com transporte.

Paralelo ao quesito de infraestrutura, relatado por depoente E4, o desenvolvimento regional, abordado pelos dados coletados, também evidenciam capacidade de alcance da incubadora. Em virtude das carências apresentadas, pode-se observar menor potencial da incubadora IESA em relação à Inovates. Ainda sobre esse aspecto, a depoente E1, em sua entrevista, destaca a relevância

da Inovates, pois a incubadora possui empreendimentos e ações com várias atividades produtivas em diversos segmentos.

Contudo, a Inovates possui recursos oriundos de subsídios de órgãos de fomento à pesquisa, por meio dos quais, a incubadora fornece suporte nas diferentes de áreas de atuação de empresas iniciantes, ou seja, auxilia 16 (dezesesseis) empreendimentos pré-incubados e incubados. Nesse sentido, a infraestrutura disponível para a utilização dos empreendimentos compreende desde redes de internet, telefone, ar condicionado e amplo espaço de convivência, contando com:

- Salas individuais;
- Sala *Coworking*;
- Auditório;
- Sala de reuniões;
- Laboratórios (Biotecnologia de Alimentos, Gerenciamentos de Resíduos e Energias Alternativas, Laboratório Ambiental, Laboratórios de Acarologia, Laboratório de Desenvolvimento de Produtos Lácteos, Microbiologia de Alimentos, Química de Alimentos, Centro de Estudos do Biogás e Energias Renováveis (Ceber) e Central Instrumental, que apoia os demais laboratórios);

Esses relatos sobre a infraestrutura de diferentes incubadoras evidenciam a discrepância e realidades distintas. É possível notar, ainda, como as políticas públicas são as fontes primordiais para o sucesso do desenvolvimento de ações em ambientes de inovação e sustentabilidade.

De acordo com o depoimento de E4, os planejamentos das ações da incubadora IESA ocorrem da seguinte forma:

Inicialmente os professores do Campus fizeram uma visita em uma incubadora da Universidade com maior experiência, de Tangará da Serra - MT, a partir dessa visita traçou plano de ação e diagnosticou um empreendimento inicial para atender Cooperativa Mista Agropecuária de Novo Horizonte (COOPERNONTE), posteriormente os trabalhos foram ocorrendo em forma de projetos específicos para ações em outras linhas de ações como trabalhos juntos aos piscicultores da região, catadores de resíduos sólidos e comunidade indígena” (DEPOENTE E4, 2018).

E4 demonstra, em seu relato, como a incubadora IESA não possui um planejamento específico das ações desempenhadas.

Nesse contexto, conforme os dados coletados são importantes salientar a forma como ocorre a entrada de empreendimentos na IESA: não há um processo seletivo com edital ou chamada pública realizados de maneira efetiva; as atividades acontecem de acordo com a demanda existente; e, a equipe é composta por professores do *campus* universitário de Juara, pois não há recursos específicos para a manutenção desses serviços, ou mesmo para os custos oriundos dessas ações. Dessa forma, o contato com os empreendimentos, sendo em sua maioria, cooperativas, entidades sem fins lucrativos e/ou institutos, se dá a partir de conversas e reuniões, onde se estabelecem as necessidades de ações e auxílios para manter o funcionamento do empreendimento e metodologias de trabalhos. Também ocorrem ações na área da educação ambiental, é o caso do Instituto Munduruku, que tem por objetivo propor ações de valorização da cultura indígena e de educação ambiental.

O processo de seleção para admissão de novos empreendimentos da incubadora Inovates segue padrões pré-estabelecidos, conforme descreve a depoente E1 em seu relato:

O processo de seleção é realizado através de edital de processo seletivo de ingresso no sistema de incubação para novos empreendimentos, assim, o edital é contínuo e mantido aberto. Geralmente, a entrada ocorre por meio de empreendimentos pré-incubados, a régua do processo de incubação é bastante baixa no ingresso de empreendimentos em nível de pré-incubação, os interessados preenchem o formulário com o modelo de negócio, realiza-se uma conversa inicial para verificar o perfil do empreendimento e do empreendedor, bem como os produtos e serviços a serem desenvolvidos, ainda ocorre à avaliação juntamente com os outros mentores da incubadora para identificar os objetivos do negócio (DEPOENTE E1, 2018).

Em relação ao acompanhamento do desempenho dos empreendimentos incubados, a Inovates realiza, a cada 2 (dois) meses, rodas de conversas sobre o andamento das atividades das empresas, projetos desempenhados e também ações de planejamento estratégico, com o levantamento de demandas entre as empresas e colaboradores. A metodologia de trabalho utilizada pela incubadora juntamente com as empresas ocorre por meio das dimensões do Manual de Gestão de Incubadoras (CERNE)⁴, com 4 (quatro) mentores, sendo: 1(um) Contador, 2 (dois) Administradores, 1 (um) Psicóloga e 1 (um) Consultor Externo.

⁴ O Modelo de Gestão de Incubadoras (CERNE) representa a implantação em incubadoras de práticas-chave que envolve todas as áreas de atuação de uma incubadora, com o objetivo de

Ainda conforme relatos da depoente E1, as demandas evidenciadas nas rodas de conversas, em reuniões e no planejamento das atividades de conhecimento, culminaram na realização da “Clínica Jurídica”, em 2018, realizada com o apoio de alunos do Curso de Direito, com oficinas sobre Contrato Social, no âmbito jurídico. O objetivo da Clínica Jurídica foi qualificar os representantes de empreendimentos pré-incubados e incubados, para conhecer e analisar os diversos meios existentes no mercado para a gestão e o desenvolvimento dos negócios.

Por outro lado, a incubadora IESA trabalha sob a ótica do processo avaliativo, que ocorre por meio de reuniões sobre os trabalhos desenvolvidos. As reuniões são realizadas com regularidade, no entanto, não dispõem de metodologias específicas de avaliação das ações.

4.3 Percepção das incubadoras em relação às práticas ambientais

As práticas ambientais são elementos fundamentais no desenvolvimento das atividades produtivas, e a sociedade tem cobrado das empresas uma prestação de contas, para identificar aquelas que geram prejuízos ou que não acrescentam nenhum valor à qualidade de vida da comunidade onde estão inseridas (LEWIS; WALLS; DOWELL, 2014). Nesse sentido, já não basta ter apenas produtos ou serviços de qualidade. Atualmente, uma das chaves para o sucesso das empresas passa pelas boas práticas ambientais e sociais (LIMA FILHO; BRUNI; GOMES, 2013).

É possível observar, com a realização da presente pesquisa, algumas práticas ambientais nos ambientes de incubação estudados, devendo ser considerado que as incubadoras Inovates e IESA possuem realidades diferentes em seus ambientes de incubação.

No Quadro 3 têm-se a compilação dos dados obtidos a partir da pesquisa, na comparação sobre práticas ambientais das Incubadoras IESA e Inovates.

Quadro 3 - Práticas ambientais nas incubadoras avaliadas

Questões	IESA	Inovates
Práticas ambientais	Conforme demandas	Normativas Internas Univates
Reputação sobre Responsabilidade Social	Possui engajamento	Possui engajamento
Oportunidades de mercado nas questões socioambientais	Busca atender	Busca atender
Treinamento e iniciativas para a comunidade local	Realiza sem normatização específica	Realiza por meio de ações ligadas às empresas parceiras

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

No âmbito das práticas ambientais, a incubadora IESA não possui regulamentação específica, pois utiliza o espaço cedido pelo *campus* Universitário de Juara. Nas palavras da depoente E4:

A incubadora em si não tem políticas internas sobre esses aspectos porque não tem estrutura própria, mas, os trabalhos que os projetos buscam desenvolver levam em consideração aspectos ambientais, como exemplo o trabalho de apoio aos catadores de resíduos sólidos da cidade. Além disso, as linhas de pesquisa do curso de administração buscam desenvolver pesquisas e extensão na área de logística reversa, questões que envolvam o meio ambiente e a responsabilidade social (DEPOENTE E4).

A incubadora realiza suas reuniões na sala dos professores, ou em outros espaços de uso comum na universidade. Também não possui orçamento próprio, bem como apoio de fomento à pesquisa de órgãos externos, sendo assim, os recursos utilizados são oriundos da universidade. Já houve, inclusive, algumas tentativas de aprovação de projetos para auxiliar as atividades da incubadora, porém, foram reprovados com a justificativa de falta de experiência no âmbito de pesquisa.

Ainda com base na citação anterior, a incubadora possui princípios baseados em empreendimentos socioeconômicos e sustentáveis. No entanto, não possui recursos efetivos para concretizar aspirações em realizar as práticas sustentáveis, em seu lugar, são realizadas ações informativas e de gestão para auxiliar os empreendimentos.

Já com relação à Inovates, evidencia-se outra realidade, isso porque esta possui recursos oriundos de vários órgãos de fomento à pesquisa, com interesses em ações que abranjam os laboratórios e as atividades desempenhadas pelos empreendimentos.

As práticas ambientais descritas, acima, são exemplificadas, a seguir, no relato da depoente E1:

As práticas da incubadora não são descritas pela incubadora, como nós estamos falando de uma incubadora e em seguida da instituição, são as práticas da instituição, então assim, nós não temos nada especificamente aqui da incubadora, mas tudo que a gente tem enquanto práticas ambientais e desde a coleta seletiva, desde os recolhimentos separados, desde o uso, desde que aqui funcione tudo com painéis solares, tudo isso vem das práticas da própria instituição, porque nós estamos inseridos. Esta é uma vantagem das nossas incubadoras, porque elas têm o suporte das instituições que as dão. Talvez o que a gente peque em fazer, é como a gente passa isso para os nossos incubados, talvez a gente não faça isso tão bem, claro que todos eles estão inseridos nesta política, desde áreas de restrição a fumo, até a forma de coleta e de uso, a forma que aqui temos painéis solares, mas talvez a gente pudesse aprofundar muito mais algumas questões que hoje a gente não o faz, mas todos eles estão inseridos dentro destas mesmas práticas hoje (DEPOENTE E1, 2018).

No entendimento da depoente E1, a incubadora Inovates está inserida em um ambiente propício, no que tange a práticas ambientais, e segue as normativas exigidas pela instituição. Contudo, mesmo com a infraestrutura adequada e a capacidade para a realização de vários processos produtivos compatíveis com a preservação ambiental, percebe-se um distanciamento em relação às políticas ambientais que poderiam aplicar nos empreendimentos incubados.

De acordo com as análises de Colares e Matias (2014), algumas empresas fomentam a sistematização de práticas ambientais, primeiramente visando à redução de custos nas atividades produtivas, mas também com o propósito de engajar as empresas em ações voltadas à responsabilidade ambiental, com projetos de melhorias contínuas, evidenciados por gerenciamento de resíduos sólidos, reciclagem de matérias-primas e compostos orgânicos. Também pode-se observar iniciativas ligadas à conscientização sobre o consumo de energia elétrica, água e materiais de expediente. Os mesmos autores ainda identificaram empresas que trabalham questões referentes às práticas ambientais pautadas no planejamento estratégico das empresas e melhoria da imagem perante a comunidade externa.

A reputação sobre responsabilidade social na incubadora Inovates é compreendida pela depoente E1 da seguinte forma:

Não, a Univates sim. A Univates sim e aí como a incubadora usa das mesmas práticas, mas a Univates sim, a Univates é referência nestas questões, é referência regional e, além disso, do que ela faz enquanto prática ambiental, então assim, é reconhecida, a Univates sim e bom, a incubadora usa das mesmas práticas, mas a incubadora por si só não, porque ela está dentro da instituição (DEPOENTE E1, 2018).

Essas características são descritas, de forma clara, quando E1 menciona as políticas internas da Univates e como elas são descritas no ambiente de incubação. Contudo, esclarece-se por meio da entrevista, a maneira como o posicionamento da instituição influencia as ações da incubadora, que procura trabalhar as questões relacionadas à reputação sobre responsabilidade social, conforme as normativas exigidas e adapta esses padrões para a incubadora. Portanto, a Inovates segue as normativas internas estabelecidas pela Univates, firmando parcerias com a comunidade externa e buscando auxiliar as empresas iniciantes, no que tange ao cumprimento de padrões específicos sobre responsabilidade socioambiental.

Já sobre a reputação sobre responsabilidade social na incubadora IESA, a depoente E4 esclarece que: *“Não há esse reconhecimento por parte da comunidade e dos próprios membros, isso porque a incubadora está em construção, inclusive de sua própria identidade”*. Conforme relatos de E4, a incubadora ainda está no início das atividades, levando em conta o tempo necessário para o estabelecimento de regularidade das ações desenvolvidas por ela. Entretanto, o processo de construção de identidade evidencia-se pela formação apresentada no item “sobre a caracterização da incubadora IESA”, com princípios pautados nos ideais da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO).

No item “oportunidades de mercado” nas questões socioambientais, pelo relato da depoente E1, observa-se que a Inovates demonstra, por meio da infraestrutura instalada, oferecer subsídios para atender às demandas existentes relacionadas às práticas ambientais.

Tanto que um dos laboratórios que a gente montou é um laboratório ambiental com essa ideia, as características regionais aqui da produção de alimentos, da pequena propriedade, da industrialização de alimentos, que aí tu tem um impacto muito grande, a produção de carga orgânica dessa região é altíssima, na verdade é a região que tem mais produção

de carga organiza do Estado, pensa na bacia hidrográfica, então eu brinco muito que é muita possibilidade pra bons negócios, então a gente tem um potencial poluidor bastante elevado das nossas indústrias e isso faz com que a Univates caracteristicamente há muito tempo trabalhe esse tema, o tema ambiental, é foco da própria Univates, é foco da incubadora, a gente tem um laboratório nessa área, então a gente atende nessa área também e alguns negócios, tipo aqui, meio que olha pra essa perspectiva, então existem sim muitas oportunidades de mercado nessa área aqui na região e a gente estimula negócios com esta perspectiva, tem um incubado nosso que tá começando o trabalhar mais voltado a área de alimentos e eles vão olhar a perspectiva também do impacto ambiental, outro que sabe, a gente faz esse vínculo nessas condições e alguns especificamente, vão fazer análise de fluente, vão fazer não sei o que, vão gerar energia a partir disso, tem né (DEPOENTE E1, 2018).

Em contrapartida, a depoente E4 descreve as oportunidades de mercado nas questões socioambientais como:

Sim, um grande problema de mercado para os catadores está relacionado à logística e quanto ao trabalho dos indígenas o extrativismo ambientalmente correto é um nicho de mercado, atualmente bastante explorado com a castanha do Brasil (DEPOENTE E4, 2018).

Outro ponto da pesquisa refere-se ao treinamento, E1 explica da seguinte forma: *“Enquanto eu estive aqui, que é este um ano e meio não, nós não realizamos e acho que antes disso não, acho que não”*. Conforme sua fala, ainda não houve preparação clara e objetiva para com os incubados, sobre treinamento e capacitação com a temática de práticas ambientais.

Por fim, E4 relata que: *“O trabalho voltado para a questão ambiental está principalmente nos trabalhos com catadores e com os indígenas com o extrativismo”*. Nesse sentido, as ações voltadas para o treinamento são alinhadas a partir das demandas existentes. Não há, inicialmente, um planejamento sobre como o trabalho será realizado, algumas reuniões definem propostas que possam atender as questões pertinentes na área de atuação da incubadora.

A pesquisa encontrou dados que coincidem com achados de Chevallier et al. (2015) sobre empreendedorismo sustentável em incubadoras e parques tecnológicos do Rio de Janeiro, como a Incubadora de Empresas do Instituto Alberto Luiz Coimbra da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), que colabora para que organizações ligadas às engenharias (ambiental, naval, elétrica, produção e química) atuem com cuidados ambientais, principalmente, com a valorização da água e com fontes energias renováveis, preocupando-se com a produção de energia limpa, além da promoção da inserção social.

Tanto as incubadoras da UFRJ, quanto as da UNEMAT e da Univates têm características predominantemente sustentáveis, no que tange às questões ambientais. Contudo, as avaliadas neste estudo, apontaram para uma preocupação que conjuga a valorização do homem e do trabalho, bem como, a inserção de políticas internas ou diretrizes acerca das preocupações com a preservação ambiental em seus ambientes de incubação, o que reflete nas ações desempenhadas nos ambientes incubados, mesmo que de forma indireta.

4.4 A percepção dos empreendimentos incubados em relação às práticas ambientais

A Piscicultura Santa Luzia localiza-se a cerca de 25 km de distância da cidade de Juara-MT, no distrito de Catuaí, na Estância Santa Luzia, e se caracteriza por ser uma agroindústria, com o objetivo central de produção de peixes para venda no comércio local. A empresa, instalada na propriedade rural, pertencente à família e funciona como complemento na geração de renda.

O Instituto Munduruku tem sua sede compartilhada com a Escola Estadual Indígena “Kixi Barompô”, na Aldeia Nova Munduruku, Terra Indígena Apiaká/Kayabi, estrada Águas Claras, Km 60, Zona Rural, Juara – MT. Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, que tem como objetivo realizar a difusão cultural e o desenvolvimento sustentável com as práticas culturais enraizadas na cultura Munduruku. Nesse contexto, é relevante abordar que as práticas ambientais desenvolvidas pelos povos da aldeia indígena, onde se localiza a associação, perpassam para além das preocupações ambientais, abrangem dimensões de sobrevivência da cultura e da população local. Portanto, a Piscicultura Santa Luzia e o Instituto Munduruku são vinculados à incubadora IESA.

A empresa Ao Cubo Comunicação trabalha com prestação de serviços de comunicação, gerenciamento de redes sociais e questões gráficas, tem como objetivo trabalhar com empresas que tenham o entendimento sobre impacto social para prestar serviços de comunicação com práticas sociais. A empresa iniciante está na fase de pré-incubação na Inovates, em Lajeado – RS, é localizada na incubadora e paga um valor para utilização do espaço e recursos oferecidos.

A empresa Química Ambiental é prestadora de serviços na área de serviços e licenciamentos ambientais, gerenciamento de resíduos e tratamento de efluentes. O empreendimento localiza-se no prédio da incubadora Inovates em Lajeado - RS, com o pagamento de um valor para a utilização do espaço, pois a tem como base para as principais atividades burocráticas. A prestação de serviços ocorre com visitas em campo e as ações podem ocorrer no próprio estabelecimento do cliente. A incubadora dispõe de toda a infraestrutura para a manutenção das atividades produtivas da empresa, em se tratando de laboratórios e equipamentos para pesquisas. Já as empresas Ao Cubo e Química Ambiental são vinculadas a incubadora Inovates.

Nesse contexto, mencionar práticas ambientais nos empreendimentos auxiliados pelas incubadoras demonstra como as realidades distintas afetam as metodologias de trabalho e sobrevivência nos ambientes.

No Quadro 4 têm-se a compilação dos dados obtidos a partir da pesquisa, na comparação sobre as práticas ambientais em empreendimentos incubados.

Quadro 4 - Práticas ambientais em empreendimentos analisados no presente estudo

Questões	Piscicultura Santa Luzia	Instituto Munduruku	Ao Cubo	Química Ambiental
Práticas ambientais	Reciclagem de embalagens, recuperação de área de proteção permanente APP	Ações de preservação do meio ambiente e continuidade na aldeia indígena	Desenvolve suas atividades com clientes que buscam atuar com projetos sociais e ambientais	Tratamento de efluentes, reciclagem de materiais, compostagem de derivados orgânicos
Engajamento questões socioambientais	Atende às normas e legislações vigentes	Desenvolve o fortalecimento da cultura indígena e preservação do meio ambiente	Desenvolve projetos na área social e ambiental	Desenvolve ações com os clientes que buscam normatizar e estabelecer preservação do meio ambiente
Reputação sobre Responsabilidade Social	Não há interesse por parte dos clientes em valorizar o produto	Utiliza a responsabilidade social para atrair compradores de castanhas	Utiliza a responsabilidade e social para atrair parceiros e clientes	Utiliza a responsabilidade e social para atrair parceiros e clientes

Oportunidades de mercado nas questões socioambientais	Empresa não vislumbra reconhecimento	Entidade entende que pode se beneficiar	Empresa vislumbra oportunidades na área ambiental	Empresa vislumbra oportunidades na área ambiental
Treinamento e iniciativas para a comunidade local	Não desenvolve ações de treinamento	Desenvolve ações e reuniões para o fortalecimento da cultura indígena para a comunidade local	Busca parcerias para desenvolver ações na área ambiental e social	Realiza parcerias e treinamentos para a comunidade

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Evidenciando as informações coletadas, o quadro acima demonstra algumas peculiaridades sobre os empreendimentos.

A Piscicultura Santa Luzia apresenta alguns aspectos ligados às práticas ambientais, haja vista que a construção dos tanques para criação de peixes objetivou a recuperação ambiental de uma área degradada na propriedade rural, com o intuito de geração de renda complementar para a família. Conforme observações o local conta com recuperação de matas ciliares, propício ao meio ambiente, em torno dos tanques, isso demonstra a preocupação com o fornecimento de água para os peixes, bem como, a recuperação de águas na propriedade rural.

O depoente E5 também menciona outras práticas como:

Em relação aos rejeitos, a sacaria proveniente da ração é armazenada e utilizada para a armazenagem de outros produtos na propriedade que não sejam para consumo humano, na parte de abate dos peixes os dejetos são descartados em uma fossa séptica (DEPOENTE E5, 2018).

Já o Instituto Munduruku evidência constantes preocupações com as práticas ambientais, no sentido de que a inserção de cultura dos não índios causam interferências diretas ao meio ambiente em que vivem.

Em visita realizada à Aldeia Munduruku, o depoente E6 nos faz o seguinte relato: “A Instituição tem parceria com as atividades da escola local, nas ações de conscientização de boas práticas ecológicas na aldeia Nova Munduruku, coleta de resíduos sólidos recicláveis” (DEPOENTE E6, 2018). Assim, torna-se possível entender a necessidade de ações e iniciativas efetivas para a comunidade local. Os indígenas já possuem hábitos alimentares semelhantes aos dos não indígenas,

como consumo de bebidas gaseificadas, alimentos processados, com produtos industrializados e embalagens com plásticos não absorvíveis ao meio ambiente.

As ações realizadas pelas empresas Químea Ambiental e Ao Cubo são semelhantes, pois utilizam o espaço da incubadora Inovates e seguem normativas internas da instituição Univates, relativas às práticas ambientais, à qual são subordinadas.

A empresa incubada Químea Ambiental pode aprofundar a atuação na área ambiental na incubadora Inovates, pois trabalha com prestação de serviços voltados para a preservação do meio ambiente, com soluções de gerenciamento de resíduos para as empresas. Os principais tipos de serviços prestados são: licenciamento ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos, tratamento de efluentes e assessoria ambiental sobre legislações pertinentes, de acordo com a atividade produtiva dos clientes. Já a empresa incubada Ao Cubo oferece serviços na área de comunicação, como gerenciamento de redes sociais, assessoria em serviços de gráficas.

No entanto, a incubadora Inovates busca trabalhar, essencialmente, com empresas que tenham interesse sobre questões de impacto ambiental, com foco na área social e ambiental, bem como projetos, tanto para as empresas de clientes, quanto para a comunidade externa, sendo esse o objetivo que norteia a sua existência.

Em contrapartida, já realiza ações habituais do cotidiano, como: minimização do consumo de papel e copos descartáveis no ambiente; e diminuição do gasto de água e energia, originada a partir da usina solar no prédio da Parque Tecnológico da Univates (Tecnovates) produzindo aproximadamente 25.000 quilowatts (kW)/mês, representando todo o gasto de energia do Tecnovates (5.200 m² de área construída).

No que se refere ao empreendimento Piscicultura Santa Luzia, o depoente E5 relata a preocupação com o engajamento com as questões socioambientais, principalmente para atender às exigências da legislação vigente no estado de Mato Grosso e no município de Juara:

A empresa busca trabalhar de acordo com a legislação vigente para o setor, também busca se inovar na forma de comercialização, a está atenta às novidades do setor, buscando melhorar sempre que possível (DEPOENTE E5, 2018).

Portanto, os avanços na área socioambiental da propriedade rural procuram adequar o negócio aos princípios exigidos. Também se pode observar como o contexto ambiental faz parte da rotina, mesmo que de maneira induzida.

O Instituto Munduruku demonstra realidade distinta em relação ao engajamento com as questões socioambientais e à carência no sentido de, efetivamente, alinhar a teoria às práticas ambientais realizadas. Por meio do relato do depoente E6, visualiza-se que: “O grau de engajamento com as atividades é baixo, pois não tem ações coordenadas” (DEPOENTE E6, 2018). As práticas socioambientais são que estabelecem relação entre desenvolvimento e sustentabilidade e, segundo Furtado (2005),

[...] desenvolvimento sustentável representa a aquisição quantitativa e qualitativa de bens e serviços providos pela natureza para atendimento das necessidades econômicas, ambientais e sociais dos atuais integrantes de todos os setores da sociedade humana – sem comprometer o direito das gerações futuras de dispor de bens e serviços naturais para atenderem a suas próprias necessidades e sustentabilidade representa um processo contínuo, de longo prazo, capaz de impedir a ruína de determinado sistema ou de conjunto de bens e meios, pela garantia de acesso e de reposição de bens e serviços. A permanência de longo prazo demanda a conservação, proteção, reposição ou o desenvolvimento de recursos intra, inter e trans-gerações (FURTADO, 2005, p. 15).

Se as práticas socioambientais representam a garantia de um futuro às próximas gerações, então este aspecto deveria estar mais presente nos apontamentos do Instituto Munduruku.

O empreendimento Ao Cubo Comunicação demonstra interesse e busca ações efetivas com o engajamento em questões socioambientais na rotina de trabalho, tanto que a busca por clientes ocorre no sentido de mencionar e efetivar projetos com práticas ambientais e sociais. O relato da depoente E3 expõe a aplicação dessa metodologia referente à prestação de serviços ligados a projetos sociais e ambientais. No exemplo mencionado pela entrevistada, ela mesma cita o caso de uma empresa cliente que procurou atender, de forma gratuita, em um lar de idosos na região, com serviços de fisioterapia.

Ainda em relação ao engajamento em questões socioambientais do empreendimento Químea Ambiental, em específico, sobre as perspectivas de abranger toda a área de gerenciamento ambiental, a depoente E2 destaca que a empresa avalia todos os seus processos produtivos, bem como busca externalizar

essas preocupações aos seus clientes. Esclarece também a existência de um projeto de montagem de uma composteira doméstica para atender a demanda de resíduos gerados na cozinha do prédio da Tecnovates.

Sobre o mesmo aspecto para a Piscicultura Santa Luzia, o depoente E5 esclarece que os clientes não procuram, efetivamente, o atendimento da reputação sobre responsabilidade social pelo empreendimento, apenas buscam um produto que seja de qualidade e que atenda às suas necessidades. Já o Instituto Munduruku considera que a reputação sobre responsabilidade social traz inúmeros benefícios para o empreendimento, bem como é um dos critérios mais enfatizado em todas as propostas de atividades produtivas ambientais ecológicas.

No empreendimento Ao Cubo Comunicação esse é um dos fatores principais de trabalho na prestação de serviços de comunicação, a reputação sobre responsabilidade social permeia as bases da prestação de serviços de comunicação, com atendimento aos clientes, atrelando suas ações a projetos sociais. Já a Química Ambiental busca trabalhar a responsabilidade social das empresas dos clientes, de maneira a manter a regularidade do atendimento à legislação, bem como melhorar a imagem da empresa e os produtos oferecidos, primando pelo bem-estar e qualidade de vida dos funcionários do local.

Nas questões relacionadas às oportunidades socioambientais de mercado referentes aos produtos e serviços oferecidos pelos empreendimentos, há opiniões divergentes. Essas opiniões refletem que as organizações ainda têm atuação minimizada, no que diz respeito às práticas ambientais, e que atuam mais para atender à legislação do que para a salvaguarda do meio ambiente. Se assim agem, então o desenvolvimento sustentável é pautado mais em obrigações legais. Deve-se destacar que esta perspectiva de desenvolvimento colabora para o consumo dos recursos para o amanhã.

Com base no estudo realizado, a dissertação apresenta, em sua pesquisa, abordagens sobre práticas ambientais relacionadas às incubadoras e aos ambientes incubados. Destaca-se, por meio deste estudo comparativo, a avaliação sobre os parâmetros que interferem em questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e às aplicações, conforme a realidade nos diferentes ambientes. Foi possível perceber, nesta avaliação, que as normas, diretrizes e as

políticas internas, abordadas nesses ambientes, são relevantes para alcançar os objetivos das incubadoras e ambientes incubados analisados.

Nessa perspectiva, convém relatar que a incubadora Inovates, apesar de possuir infraestrutura e condições de aplicações de práticas ambientais, ainda não as aplica de maneira efetiva, para todos os padrões de desempenho, tampouco, desenvolve avaliações sobre essa abordagem no desenvolvimento das atividades rotineiras. Contudo, é possível observar que a incubadora IESA, apesar de possuir pouco tempo de funcionamento, e ainda não haver estabelecido padrões de estrutura física, busca pelo desenvolvimento de atividades voltadas para as áreas ambientais e soluções para o meio ambiente, mesmo que seja por meio de reuniões e treinamentos sobre educação ambiental ou melhoria na qualidade de vida nas comunidades vulneráveis.

A partir da análise dos dados, com relação às práticas ambientais de responsabilidade social, é possível dizer que os empreendimentos analisados adotam, cada vez mais, seja por pressão da sociedade, seja por incitação de políticas governamentais. Característica essa que nos soa positivo, uma vez que as organizações são fatores-chave para o bem-estar econômico, ambiental e social (SCHALTEGGER; BENETT; BURRITT, 2006). A sustentabilidade empresarial é necessária a longo prazo, assim como o desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade (BACHMANN; CARNEIRO; ESPEJO, 2013). A exigência de lucro e a sobrevivência podem conviver harmoniosamente com a responsabilidade ambiental numa concepção mais ampla, como filosofia de operações empresariais (FERREIRA, 2013).

Analisando as incubadoras estudadas e comparando-as com as de outros estudos, principalmente os de Cardoso et al. (2008), foi possível perceber benefícios à sociedade, benefícios esses reconhecidos na catálise de negócios com produtos inovadores, que agregam valores ao produto, geram emprego e renda, e sobre os quais o empreendedor pode refletir sobre viabilidades, tanto competitivas e econômicas, quanto socioambientais.

Ambos os estudos este e os de Cardoso et al. (2008) constataram que, ainda que seja levada a ideia de negócio para o desenvolvimento sustentável, deve ser aprimorada a prática de um plano com iniciativas ambientais integradas

que possam estimular a modificação mais efetiva em relação à alteração ou substituição dos processos e produtos existentes ou a serem criados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo avaliar as práticas ambientais efetivadas em duas incubadoras: Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos, Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos (IESA), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); e Tecnovates/Inovates, pertencente à Universidade do Vale do Taquari - Univates, com a finalidade de verificar seus objetivos, bem como as práticas ambientais por elas desenvolvidas de modo a minimizarem os danos ambientais.

Consideramos que as incubadoras pesquisadas fomentam práticas ambientais que buscam aprimorar a qualidade de vida da população, com a geração de trabalho e renda, ainda que de forma incipiente, como é o caso da incubadora da UNEMAT.

No que lhe concerne, a incubadora IESA voltou-se para a economia solidária, com ênfase no cooperativismo e no trabalho coletivo. Para tanto, desenvolveu atividades de gestão dos empreendimentos, aplicação na área de recursos humanos e controle financeiro. No entanto, ainda não possui estrutura física adequada e apresenta trabalhos sem natureza firme, isto é, suas práticas laborais não estão sólidas.

A Inovates se reconheceu como incubadora de base tecnológica, preocupada com a ampliação de negócios inovadores, no que diz respeito ao impacto social, o que resultou positivo, no quesito desenvolvimento sustentável e

social, em específico o relacionado a alimentos, ambiente, energias renováveis e área da saúde.

Em relação aos objetivos da dissertação, percebeu-se, por meio desta pesquisa, que as incubadoras buscam sistematizar, na rotina de trabalho, as práticas ambientais, tanto da Inovates, por meio do atendimento das normas e diretrizes internas relacionadas à Univates, quanto na IESA, por meio de busca por metodologias que possam auxiliar no dia a dia, respeitando as características de cada ambiente, nas aldeias indígenas e piscicultores.

De acordo com o objetivo específico de avaliar os empreendimentos incubados e suas atividades no que tange às práticas ambientais, a pesquisa permitiu conhecer diferentes empreendimentos, com ênfase nas práticas ambientais. Contudo, os empreendimentos Ao Cubo e Químea Ambiental realizam atividades ligadas à preservação do meio ambiente, o que facilita relacionar suas atividades às práticas ambientais. Em outro contexto, a Piscicultura Santa Luzia busca atender à legislação ambiental do estado de Mato Grosso, pois suas atividades ocorrem em uma área de preservação ambiental; e, o Instituto Munduruku trabalha as questões ambientais voltadas para a subsistência e valorização da cultura na aldeia indígena.

Em relação ao objetivo de traçar comparativo das práticas de trabalho das incubadoras, os resultados das análises demonstraram diferenças pontuais nos ambientes de incubação. A incubadora Inovates traz para as empresas iniciantes, que buscam auxílio e subsídios para empreender novos produtos ou serviços, as metodologias de trabalhos e formulários próprios bem elaborados, que facilitam a interação dos incubados e o estabelecimento de metas a serem atingidas. A incubadora IESA ainda não possui metodologias de trabalho bem definidas, ou seja, de acordo com a demanda é que ocorrem as reuniões e o estabelecimento de propostas para os empreendimentos, entre associações, cooperativas e produtores da agricultura familiar.

Por fim, em relação ao objetivo específico, relativo ao modo como as incubadoras abordam a percepção das práticas de trabalho que minimizem danos ambientais pelos empreendimentos atendidos por elas, os dados evidenciaram que, mesmo de maneira indireta, suas práticas beneficiam o meio ambiente e surgem a partir do trabalho de consciência ambiental para garantir meios de

subsistências em comunidades vulneráveis, atender às normas vigentes reguladas pelo estado, ou, acatar normativas internas de instituições que possuem visões, missões embasadas em preservação do meio ambiente e preocupação com as futuras gerações.

Comparativamente, então, sobre a IESA e a Inovates, detecta-se que a primeira é uma incubadora de projetos de incubação, com foco no desenvolvimento socioeconômico de pequenos empreendimentos, em forma de associação e cooperativas autogeridos. A segunda desenvolve trabalhos de infraestrutura aos empreendimentos ali instalados, volta-se à gestão de incubação, sem limitar a sua atuação a um setor específico, mas todas as suas ações primam pelo papel social de concentrar-se em pessoas sem ou de baixa renda.

Essa atuação das duas incubadoras converge para o que defende Leff (2002) ao relacionar às incubadoras formas de indução à participação direta das comunidades na apropriação de sua capacidade de agir e de transformar os modos de vida.

As incubadoras estudadas abrigam empresas com projetos inovadores e de fundamento tecnológico, mas ainda estão distantes de atender plenamente o desenvolvimento sustentável, como aquisição quantitativa e qualitativa de bens e serviços voltados ao acolhimento das obrigações econômicas, ambientais e sociais dos atuais integrantes de todos os âmbitos da coletividade humana.

A pesquisa possibilitou apresentar as metodologias desempenhadas nas incubadoras pesquisadas e compreender como essas ações refletem na geração de emprego, renda e na qualidade de vida das comunidades inseridas. Também foi possível analisar que as políticas públicas de incentivos à educação são precárias no interior do Estado de Mato Grosso, isso porque há contextos sociais complexos, que precisam de apoio para o desenvolvimento local. Nesse contexto, a universidade, embora tenha profissionais engajados nas questões ambientais, não possuem recursos e infraestrutura adequados para desenvolver projetos.

5.1 Recomendações para pesquisas futuras

A pesquisa aponta caminhos para incubadoras de realidades distintas, tais como as que foram apresentadas neste estudo, que estão em regiões diferentes, com padrões de especialização tecnológica e comercial decorrentes das particularidades locais.

Para pesquisas futuras recomenda-se, a partir deste estudo, ampliar o universo de pesquisa, para possíveis considerações sobre avaliação de práticas ambientais em outras incubadoras e empreendimentos incubados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ANPROTEC. **Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores**. Disponível em: <<http://anprotec.org.br>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

ÁVILA, L. V. Negócios com Impacto Social: características, modelos e métricas de avaliação. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 2, n. 1, p. 4-13, 2016. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/14754/10203>> Acesso em: 11 mai. 2017.

BACHMANN, R. K. B.; CARNEIRO, L. M.; ESPEJO M. M.S. B. Evidenciação de informações ambientais: proposta de um indicador a partir da percepção de especialistas. **Revista de Contabilidade e Organizações**. v. 17, p. 36-47, 2013.

BÁNKUTI, S. M. S.; BÁNKUTI, F. I. A “sincronia” ou a “sinergia” ambiental estratégica? Um estudo de práticas ambientais em empresa do setor alimentício. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 112-125, mai./ago., 2011 - ISSN: 1981-982X.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BATTISTI, M.; PERRY, M. *Walking the Talk? Environmental Responsibility from the Perspective of Small-Business Owners*. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 18(3), 172-185, 2011.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV. 1988. Título

original: *Our Common Future*. New York. Oxford University Press, 1987.

BARKI, E.; COMINI, G.; AGUIAR, L. O. **Novo campo dos negócios com impacto social**. In: BARKI, E. et al. (Orgs.). São Paulo: Petrópolis, 2013.

BERNARDO, J. S. S.; CAMAROTTO, J. A. Fatores motivadores da adoção de práticas ambientais em empresas paulistas processadoras de madeira. **Produção**, v. 22, n. 1, p. 173-184, jan./fev. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v22n1/aop_0009_0353.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BEZERRA, A. F. A.; SILVA, W. S. C.; CARVALHO, Z. V. As incubadoras sociais e o desenvolvimento local. ANPROTEC - **XXIII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. 30ª Conferência da IASP**, 2013. Disponível em: <[http://anprotec.org.br/anprotec2014/files/artigos/artigo%20\(57\).pdf](http://anprotec.org.br/anprotec2014/files/artigos/artigo%20(57).pdf)>. Acesso em: 31 out. 2016.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond: 2002.

CARDOSO, A. C. F. et al. Incubadoras orientadas para o desenvolvimento sustentável: é possível? O caso do Centro de Incubação de empresas de Tecnologia (CIETEC). **RGSA – Revista de Gestão social e Ambiental**. Maio – ago., v. 2. n. 2. p. 69-87, 2008.

COLARES, A. C. V.; MATIAS, M. A. Análises das práticas de gestão ambiental de empresas sediadas no estado de Minas Gerais. Brasil na ótica da ecoeficiência. **RGSA – Revista de Gestão social e Ambiental**. v. 3, n. 3. Set – dez. p. 48-64, 2014.

CHEVALLIER, M. C. et al. Empreendedorismo sustentável em empresas de incubadoras e parques tecnológicos da cidade do Rio de Janeiro. **XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO** - Perspectivas Globais para a Engenharia de Produção Fortaleza, CE, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2015.

CHEN, Y. *Green Organizational Identity: Sources and Consequence*. **Management Decision**. 49(3), 384-404, 2011.

CHEMIN, B.F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**. 3. ed., Lajeado-RS: Ed. Univates, p. 315, 2015.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO –

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORDANO, M.; MARSHALL, R. S.; SILVERMAN, M. *How do Small and Medium Enterprises go “Green”? A Study of Environmental Management Programs in the U.S. Wine Industry*. **Journal of Business Ethics**. 92(3), 463-478, 2010.

CUERVA, M. C.; TRIGUERO-CANO, A.; CÓRCOLES, D. *Drivers of Green and Non-green Innovation: Empirical Evidence in Low-Tech SMEs*. **Journal of Cleaner Production**. 68(1), 104-113, 2014.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1991.

DORNELAS, J. C. **Planejando incubadoras de empresas**: como desenvolver um plano de negócios para incubadoras. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ENDEAVOR. **Vale do Silício**: como fazer parte, mesmo não estando lá. Disponível em: < endeavor.org.br>. Acesso em: 15 mai. 2017.

FERNANDES, C.C. et al. Práticas e indicadores de sustentabilidade em incubadoras de empresa: um estudo no Estado de São Paulo. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**. Rio Preto–SP, v. 7, n. 3, p. 34-50, 2016. Disponível em: <<https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/407>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

FERREIRA, M. C. Gestão ambiental: um estudo em empresas do setor sucroalcooleiro em Goiás. **RPCA – Revista do Pensamento Contemporâneo em Administração**. 7(3), 59- 80, jul./set., 2013.

FONSECA, S. A. Incubadoras como vetores para a promoção de tecnologias limpas em empreendimentos de pequeno porte: possibilidades e limites. **Revista Adm. Mackenzie**. São Paulo, SP. v.16, n.1, p. 188-212, jan./fev., 2015.

FONSECA, S. A.; SOUZA, S. B.; JABOUR, C. J. C. Desafios e oportunidades das incubadoras de empresas para a incorporação de estratégias ambientais. **O&S**, Salvador, v. 17, n. 53, p. 331-344, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302010000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 27 mar. 2017.

FROEHLICH, C. Sustentabilidade: dimensões e métodos de mensuração de resultados. **Desenvolve: Revista de Gestão da Unilasalle**. Canoas-RS, v. 3, n. 2, p. 151-168, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/1316/1182>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

FURTADO, J. S. **Sustentabilidade empresarial**: guia de práticas econômicas,

ambientais e sociais. Salvador: NEAMA/CRA, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GRIMALDI, R.; GRANDI, A. *Business Incubators and New Venture Creation: an Assessment of Incubating Models*. **Technovation: Elsevier**. n. 25, p. 111-121, 2005.

HILLARY, R. *Environmental Management Systems and the Smaller Enterprise*. **Journal of Cleaner Production**, 12 (6), 561-569, 2004.

HISRICH, R. ***Entrepreneurship, and Venture Capital***. Ed. Robert D. Hisrich Lexington, MA, Lexington Books, 1986.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE**. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/lajeado/panorama>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

JACOBS, J. **The Economy of Cities**. New York: Random House, 1969.

JOHANNSON, L. *The Challenge of Implementing for Small and Medium-Sized Enterprises Surviving in the New Global Jungle*. *Environmental Quality Management*, Québec: **Economica**, 1997.

KEINERT, T. M. M. **Sustentabilidade: entre utopias e inovações**. In:_____. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

KIBRIT, E.; MACHADO, R. J.; KRUGLIANSKAS, I. Gestão da inovação sustentável. Estudo de caso único em uma *startup*. **XIX ENGEMA Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, 2017 - ISSN: 2359-1048.

LEFF, H. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução Orth, L. M. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEWIS, B. W.; WALLS, J. L.; DOWELL, G. W. *Difference in Degrees: CEO Characteristics and Firm Environmental Disclosure*. **Strategic Management Journal**. 35(5), 712-722, 2014.

LIMA FILHO, R. N.; BRUNI, A. L.; GOMES, S.M.S. A compreensão dos estudantes sobre o conceito de passivo ambiental: um estudo nos cursos de Ciências Contábeis em Salvador – BA. **Revista do Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro. v. 7, n.1, p. 108-121, jan./mar., 2013.

LONGO, W. P. **Conceitos básicos sobre ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Finep, v. 1. 1996.

MARTIN-PEÑA, M. L.; DÍAZ-GARRIDO, E.; SANCHEZ-LÓPEZ, J. M. *Analysis of Benefits and Difficulties Associated with Firms' Environmental Management Systems: the Case of the Spanish Automotive Industry*. **Journal of Cleaner Production**. n. 70, p. 220-230, 2014.

MATTOS, J. F. C.; STOFFEL, H. R.; TEIXEIRA, R. A. **Mobilização empresarial pela inovação**: cartilha – gestão da inovação. Brasília: CNI, 2010. Disponível em: <<http://www.org.br.>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MEDEIROS, J. A. Incubadoras de empresas: lição da experiência internacional. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 33, n. 2, p. 5-20, abr./jun. 1998.

MELLO, E.; CONEJERO M. Diagnóstico da gestão ambiental nas micro e pequenas empresas: um estudo multicascos na região de Campo Limpo Paulista – SP. **REUNA**, Belo Horizonte - MG, v. 21, n. 1, p. 53-74. jan.-mar., 2016. – ISSN 2179-8834. Disponível em: <<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/702/643>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

MENEZES, U. M.; GOMES, A. F.; DANTAS, M. Z. Sustentabilidade e seus benefícios: práticas e ações sustentáveis desenvolvidas em empresas do Distrito Industrial dos Imborés. **Anais SEMAD – Vitória da Conquista – BA**, v. 3, n.1. ISSN:2358-6397.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo, v.1, n.3, 1996.

NOBRE, F.S.; RIBEIRO, R. E. M. Cognição e sustentabilidade: estudo de casos múltiplos no índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBovespa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 4, p. 499 - 517, 2013.

NOBRE, F.S.; WALKER, D.; HARRIS, R. **Technological, Managerial and Organizational Core Competencies: Dynamic Innovation and Sustainable Development**. New York: IGI Global, 2012.

OCDE. **Manual de Oslo**: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação. Publicado pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Ministério da Ciência e Tecnologia. Trad. Flavia Gouveia. 3. ed. Brasília-DF: FINEP, 2005

PARANHOS, J. **Estrutura do conhecimento e dinâmica do aprendizado em processos de incubação de empresas**: estudos de caso na incubadora CELTA em Florianópolis. Dissertação (Mestrado), Florianópolis: PPGE/UFSC, 2006.

PEREIRA, W. R. et al. Evidenciação dos indicadores de sustentabilidade sob a perspectiva de análise ao modelo *Triple Bottom Line* de gestão: estudo de caso numa empresa do setor alimentício listada na BM&FBovespa. **Anais do V SINGEP**, São Paulo: 2016. Disponível em: <<http://www.singep.org.br/5singep/resultado/133.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

PORTER, M. E.; LINDE, C. *Green and Competitive: Ending the Stalemate*. **Harvard Business Review**. 73, 120-134, 1995.

RATINHO, T.; HENRIQUES, E. *The Role of Science Parks and Business Incubators in Converging Countries: Evidence from Portugal*. **Technovation**, v. 30, n. 4, p. 278-290, 2010.

REATTO, D. et al. Identificação de práticas ambientais sustentáveis nas micro e pequenas empresas calçadistas do município de Birigui - SP. **XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Salvador - BA, 2013. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_tn_sto_177_007_21789.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

RESENDE, A. M. A universidade e a cultura brasileira. **Educação Brasileira**. Brasília, CRUB, v., n.10, 1983.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. (Org.). São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. In: STROCH, P. Y. (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANCHES, C. S. Gestão ambiental proativa. **Revista de Administração de Empresas**. 40(1), 76-87, 2000.

SCHALTEGGER, S.; WAGNER, M. *Sustainable Entrepreneurship and Sustainability Innovation: Categories and Interactions*. **Business Strategy and the Environment**, v. 20, p. 222 – 237, 2011.

SCHALTEGGER, S.; BENETT, M.; BURRITT, R. (eds.). **Sustainability, Accounting and Reporting**. Dordrecht: Springer. 2006.

SCILLITOE, J. L.; CHAKRABARTI, A. K. *The Role of Incubator Interactions in Assisting New Ventures*. **Technovation**, v. 30, n. 3, p. 155-167, 2010.

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001**: Sistemas de gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2005.

SERRA, B. Fatores fundamentais para o desempenho de incubadoras de base Tecnológica. **RAI – Revista de Administração de Inovação**. v. 8, n. 1, p. 221-247, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79209/83281>>. Acesso em: 31 out. 2016.

SARTORI, S.; LATRONICO, F.; CAMPOS, L. M. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. 17, n. 1, p. 1-22. 2014. Disponível

em:<<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a02.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 23. ed. 2007.

SHI, H.; PENG, S. Z.; LIU, Y.; ZHONG, P. *Barriers to the Implementation of Cleaner Production in Chinese Smes: Government, Industry and Expert Stakeholders' Perspectives*. **Journal of cleaner production**. 16(7), 842-852, 2008.

SILVA, G. E.; FRÂNCIO, N. **Projeto político pedagógico curso de administração UNEMAT Juara-MT**. UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso). Sinop-MT, 2012.

STUDER, S.; WELFORD, R.; HILLS, P. *Engaging Hong Kong business in Environmental Change: Drivers and Barriers*. **Business Strategy and the Environment**. 15(6), 416-431, 2006.

SCHOSSLER, G. B.; MORIGI, V. J. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: um estudo na empresa florestal de alimentos S.A em Lajeado - RS. **Revista Destaque Acadêmicos**, ano 3, n. 1, p. 17-25, 2011. Disponível em: <<http://www.Univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/210/206>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

TAMAJÓN, L. G.; AULET, X. F. *Corporate Social Responsibility in Tourism Small and Medium Enterprises Evidence from Europe and Latin America*. **Tourism Management Perspectives**. 7, 38-46, 2013.

TILLEY, F.; YOUNG, W. *Sustainability Entrepreneurs: Could they be the True Wealth Generator of the Future?* **Greener Management International**. v. 55, p. 79 - 92, 2009.

UNEMAT. **RESOLUÇÃO 009/2011**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Sandra%20Mara/Downloads/1136-4294-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

VEDOVELLO, C.; FIGUEIREDO, P. N. Incubadora de inovação: que nova espécie é essa? **RAE-eletrônica**. v. 4, n. 1, art. 10, jan./jul. 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro para entrevista semiestruturada em incubadoras

A aplicação do questionário a seguir, por meio de entrevista semiestruturada; pretende verificar como se desenvolvem as práticas ambientais em Incubadoras e ambientes de inovação, a relação entre as atividades desempenhadas pelas incubadoras e as ações e práticas de sustentabilidade ambiental sugeridas. Pretende-se também estabelecer um comparativo entre Incubadoras, com a justificativa de fomentar pesquisas futuras. O roteiro está fundamentado com base em um artigo de FERNANDES et al., (2016).

1. Identificação da incubadora?
2. Qual o perfil da incubadora? Tradicional? Mista? Tecnológica? Setorial? Cultural? Social? Agroindustrial?
3. Quais os objetivos de trabalho da incubadora?
4. Qual a localização da incubadora? Universidade? Parque Tecnológico? Bairros?
5. Qual o papel da incubadora para o desenvolvimento do país? Elas são indutoras do desenvolvimento local? As incubadoras, por meio de suas incubadas, alavancam a geração de renda? As incubadoras, por meio de suas incubadas, promovem geração de emprego?
6. A infraestrutura destinada à incubadora atende às necessidades para suporte às empresas e empreendimentos incubados?
7. Quais as políticas internas da incubadora em relação às práticas ambientais? Consumo de Água? Consumo de Energia? Utilização de Papel? Reciclagem de materiais? Geração de resíduos? Destinação de rejeitos?

8. Como ocorre o planejamento de ações das incubadoras em relação aos empreendimentos incubados?
9. Ocorre avaliação de desempenho sobre as atividades da incubadora aplicada entre os membros participantes?
10. Como ocorre o processo de seleção de empreendimentos incubados?
11. Quais os critérios de seleção das atividades produtivas em relação às empresas e empreendimentos no processo de seleção? Grau de engajamento do negócio na promoção de questões socioambientais? Grau de inovação em processo do negócio pretendido? O nível de maturidade da ideia de negócio apresentada? Proposta de geração de emprego?
12. Como é a interação da incubadora em relação às práticas ambientais adotadas por elas e empreendimentos incubados?
13. A incubadora possui reputação por responsabilidade socioambiental?
14. A incubadora realiza treinamento com o tema gestão socioambiental para as empresas incubadas?
15. Existem oportunidades de mercado relacionadas a questões socioambientais?
16. Quais as iniciativas para a comunidade local, desenvolvidas pelas empresas e/ou empreendimentos incubados. Cursos? Palestras? Reuniões Técnicas? Treinamentos?

Apêndice B - Roteiro para entrevista semiestruturada em empresas e empreendimentos incubados

A coleta de dados para esta pesquisa ocorre por meio da aplicação deste questionário. Com a realização de entrevista semiestruturada; pretende-se verificar como se desenvolvem as práticas ambientais em ambientes de inovação; como empresas e empreendimentos incubados, a relação entre as atividades produtivas desempenhadas nesses meios, as ações e práticas de sustentabilidade ambiental. Esse roteiro está fundamentado em um artigo de FERNANDES et al., (2016).

1. Identificação da empresa e/ou empreendimento incubado?
2. Qual o perfil da empresa ou empreendimento incubado? Comércio? Indústria? Tecnológica? Prestação de serviços? Negócio com impacto Social? Agroindustrial? Cooperativa? Associação?
3. Quais os objetivos de trabalho da empresa ou empreendimento incubado?
4. Qual a localização da empresa ou empreendimento incubado? Universidade? Parque Tecnológico? Bairros? Sede Própria? Sede Alugada? Sede Cedida por instituição?
5. A infraestrutura destinada à empresa ou empreendimento incubado atende às necessidades para desempenho das atividades produtivas?
6. Quais as políticas internas da empresa ou empreendimento incubado em relação às práticas ambientais? Consumo de água? Consumo de energia? Utilização de papel? Reciclagem de materiais? Geração de resíduos? Destinação de rejeitos?
7. Como ocorre o planejamento de ações da incubadora em relação aos empreendimentos incubados?

8. Há uma avaliação de desempenho sobre as atividades das empresas e/ou empreendimentos incubados aplicada entre os membros participantes?
9. Como entrou em contato pela primeira vez com a incubadora? Qual o meio de comunicação utilizado? Como participou do processo de seleção?
10. Qual o perfil das empresas e/ou empreendimentos? Grau de engajamento do negócio na promoção de questões socioambientais? Grau de inovação tecnológica em processo do negócio? Comprometimento com geração de renda e emprego?
11. Como é a interação da empresa ou empreendimento incubado em relação às práticas ambientais?
12. Existem oportunidades de mercado relacionadas a questões socioambientais?
13. Os clientes exigem postura social e ambientalmente correta por parte das empresas e empreendimentos incubados?
14. Os clientes se mostram resistentes a pagar por bens/serviços social e ambientalmente corretos?
15. As estratégias de responsabilidade socioambiental criam valor para as empresas ou empreendimentos incubados?
16. Quais as iniciativas desenvolvidas para a comunidade pelas empresas ou empreendimento incubado. Cursos? Palestras? Reuniões Técnicas? Treinamentos?



UNIVATES

R. Avelino Tallini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95900.000 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09